

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

Joyce Rocha de Oliveira

**Almerinda Gama e suas perspectivas:
Uma análise das crônicas publicadas em *O Jornal* na década de 1930**

Porto Alegre

2023

JOYCE ROCHA DE OLIVEIRA

**Almerinda Gama e suas perspectivas:
Uma análise das crônicas publicadas em *O Jornal* na década de 1930**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aline do Amaral Garcia Strelow.

Porto Alegre

2023

JOYCE ROCHA DE OLIVEIRA

**Almerinda Gama e suas perspectivas:
Uma análise das crônicas publicadas em *O Jornal* na década de 1930**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Aline do Amaral Garcia Strelow - UFRGS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca - UFRGS
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Cassilda Golin Costa - UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ivone e João Marcos, professores brilhantes que sempre estiveram ao meu lado. Pelo apoio constante e por toda a dedicação ao longo desses 24 anos, obrigada.

Ao meu companheiro, Eduardo, por dividir comigo as aventuras, os erros e os acertos do início de uma vida adulta. Tem sido uma jornada e tanto.

Aos queridos Juliana e Marcelo, pelo carinho que demonstram e por todas as vezes que me ajudaram.

Às minhas amigas de Cuiabá, que não deixaram a distância influenciar nossa parceria e confiança. Aos tantos amigos que fiz em Porto Alegre, pessoas que me abrigaram e com as quais criei laços tão bonitos. Aos amigos que cultivei na universidade, pelos sonhos, angústias e vitórias compartilhadas.

À orientadora desse trabalho, professora Aline Strelow, por todos os ensinamentos, pela paciência e pelo brilho contagiante no olhar.

*Como se houvesse uma candente frágua
Sinto no peito este calor imenso,
E muito a custo, procurando, venço,
Este sofrer de imaginária mágoa.*

*Quero dizer-te o sofrimento intenso;
Às vezes sinto os olhos rasos d'água,
E como um rio que, por fim, deságua,
Choro e soluço sobre o próprio lenço.*

Felicidade – Almerinda Gama (1931)

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória de Almerinda Gama na imprensa, através das suas crônicas publicadas na coluna *Perspectivas*, de *O Jornal* – periódico de grande circulação dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Jornalista, escritora e uma das primeiras mulheres negras a atuar na política brasileira, Almerinda participou do processo para a conquista do voto feminino, alcançado em 1932. Inicialmente, a pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica para contextualizar os periódicos na virada do século XIX para o século XX, passando pela imprensa feminina e pela imprensa negra. Além disso, é percorrida, de forma breve, a trajetória pessoal e profissional de Almerinda Gama, com enfoque na área política e na imprensa. No campo político, são registradas, entre outras questões, as colaborações da jornalista com a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), presidida por Bertha Lutz. A relação intertextual entre crônica e jornalismo também é abordada no trabalho. Para a análise das crônicas da autora, a metodologia utilizada é a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011). O *corpus* é constituído de 27 crônicas de Almerinda Gama, publicadas entre maio de 1930 e dezembro de 1931, contemplando todo o período de circulação da coluna *Perspectivas*, entre as quais são identificados 11 temas preponderantes, três deles relacionados às mulheres: 1) direitos; 2) maternidade; e 3) violência. Os textos que compõem essas temáticas foram submetidos à análise qualitativa. A partir do estudo, foi possível identificar que a produção de Almerinda contempla assuntos variados e ganha caráter documental, por registrar aspectos sociais e políticos do seu tempo. São textos que somam as características da crônica-comentário e da crônica-informação, marcados pela aproximação entre jornalismo e literatura.

Palavras-chave: História do Jornalismo. Crônica. Almerinda Gama. O Jornal. Diários Associados.

ABSTRACT

This paper analyzes the trajectory of Almerinda Gama in the press through her columns published in the *Perspectivas* section of *O Jornal* - a widely circulated newspaper of the *Diários Associados* of Assis Chateaubriand. A journalist, writer, and one of the first black women to participate in Brazilian politics, Almerinda was involved in the process of securing women's suffrage, which was achieved in 1932. Initially, the research presents a bibliographical review to contextualize the periodicals at the turn of the 19th to the 20th century, including the women's press and the black press. In addition, Almerinda Gama's personal and professional trajectory is briefly explored, with a focus on her political and journalistic work. In the political field, the journalist's collaborations with the Brazilian Federation for Women's Progress (FBPF), presided over by Bertha Lutz, among other issues, are recorded. The intertextual relationship between the chronicle and journalism is also addressed in the work. The methodology used to analyze the author's chronicles is the content analysis proposed by Laurence Bardin (2011). The corpus consists of 27 chronicles by Almerinda Gama, published between May 1930 and December 1931, covering the entire period of circulation of the *Perspectives* section, among which 11 predominant themes are identified, three of which are related to women: 1) rights; 2) motherhood; and 3) violence. The texts that make up these themes were subjected to qualitative analysis. The study identified that Almerinda's production covers varied subjects and has a documentary character, registering social and political aspects of her time. These texts combine the characteristics of the commentary chronicle and the information chronicle, marked by the proximity between journalism and literature.

Keywords: History of Journalism. Chronicle. Almerinda Gama. *O Jornal*. *Diários Associados*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Chroniqueta Parisiense na edição 190 de O Jornal, em 1919.	27
Figura 2 – Sylvia Serafim é mencionada pela primeira vez como diretora da página Para as Horas de Lazer Feminino, em 26 de janeiro de 1930.	28
Figura 3 – Coluna do Dr. Pires Rebello na edição 3.518 de O Jornal, em 1930.	29
Figura 4 – Primeira crônica de Almerinda Gama e estreia da coluna Perspectivas.	30
Figura 5 – Poema A Nossa História, de Almerinda Gama, na página Para a Mulher no Lar.	31
Figura 6 – Almerinda Gama vota na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte.	37
Figura 7 – Notícia sobre o parentesco de Maria de Lourdes Lamartine com o governante do RN na capa de A Batalha (RJ), 1930.	52
Figura 8 – Notícia sobre a candidatura de Maria de Lourdes Lamartine (1930)	53
Figura 9 – Primeiras eleitoras do Rio Grande do Norte. Da esquerda para a direita, de pé, Maria de Lourdes Lamartine (4 ^a)	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crônicas de Almerinda Gama mapeadas em O Jornal, 27 textos totais.	49
Tabela 2 – Temáticas preponderantes e número de crônicas de Almerinda Gama.	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A IMPRENSA BRASILEIRA NA ALVORADA DO SÉCULO XX.....	14
2.1 As redações e as novas tecnologias.....	14
2.2 Breve panorama da imprensa nos anos iniciais do século XX.....	15
2.3 Os periódicos das décadas de 1920 e 1930.....	16
2.4 Imprensa negra no Brasil.....	18
2.5 Imprensa feminina e imprensa feminista.....	19
3 O PRIMEIRO PERIÓDICO DE CHATEAUBRIAND: O JORNAL.....	23
3.1 A página <i>Para a Mulher no Lar</i>	26
3.1.1 <i>Perspectivas</i> e outras colunas.....	29
4 JORNALISMO, LITERATURA E A CRÔNICA BRASILEIRA.....	32
4.1 Crônica: possíveis classificações.....	34
4.2 Autores em <i>O Jornal</i>	35
5 BREVE REGISTRO DA TRAJETÓRIA DE ALMERINDA GAMA.....	37
5.1 Memórias: infância e juventude.....	38
5.2 Trajetória política de Almerinda: feminismo e sindicalismo.....	40
5.3 Almerinda Gama na imprensa.....	43
6 PERSPECTIVAS: ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE ALMERINDA GAMA.....	47
6.1 Pré-análise: pesquisa e imersão em <i>O Jornal</i>	48
6.2 Constituição do <i>corpus</i>	50
6.3 Os direitos das mulheres em <i>Perspectivas</i>.....	51
6.4 A maternidade nos textos Almerinda.....	60
6.5 Mulher, violência e suicídio.....	65
6.6 Considerações acerca da análise.....	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

O direito ao voto para as mulheres foi alcançado há menos de 100 anos, com a instituição do Código Eleitoral de 1932. Jornalista, escritora e realizadora de múltiplas funções, Almerinda Farias Gama foi uma das primeiras mulheres negras a atuar na política brasileira e figura significativa para a conquista do sufrágio feminino. Seus comentários sobre notícias divulgadas nos jornais e suas impressões sobre os acontecimentos daquela época eram registrados em crônicas na página *Para a Mulher no Lar*, de *O Jornal*, periódico dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Na coluna que recebeu o nome de *Perspectivas*, ao lado de dicas de costura e bordado, a autora estreou a publicação das suas crônicas semanais em maio de 1930. O texto inaugural é impactante e antecipa a franqueza da autora: Almerinda comenta o caso de uma mulher que se incendiou depois de ser violentada pelo marido.

A escolha da cronista para compor a análise deste trabalho teve como inspiração sua longa trajetória. Mulher negra nascida em Maceió, no estado de Alagoas, Almerinda Gama viveu por 99 anos. Foi militante feminista, jornalista, advogada e desempenhou diversas funções na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), presidida pela bióloga Bertha Lutz, entidade que esteve à frente da campanha sufragista brasileira entre os anos de 1920 e 1930. A decisão de analisar as crônicas de Almerinda também foi motivada pela pertinência das indignações manifestadas pela autora em seus textos, não só para a sua época, mas também para a atualidade. As mesmas violências que deram motivo à revolta da jornalista em sua crônica de estreia continuam acontecendo décadas depois: em 2021, 30% das mulheres brasileiras, 25,7 milhões de pessoas, disseram ter sido ameaçadas de morte por companheiros ou ex-companheiros. Entre elas, uma a cada seis já sofreu tentativa de feminicídio (FEITOSA JR. e ACAYABA, 2021).

Reconhecida pela sua atuação política, a trajetória de Almerinda Gama não foi suficientemente explorada no campo da comunicação. Durante as pesquisas feitas no Banco de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, no repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e nos anais da Intercom e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), um trabalho biográfico sobre a jornalista foi encontrado. Trata-se da dissertação de mestrado *A vida na ponta dos dedos: A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) – feminismo, sindicalismo e identidade política*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) por Patrícia Cibele da Silva Tenório. A pesquisa referida apresenta uma biografia de Almerinda

Gama, passando pela trajetória da autora na imprensa, embora esse não fosse seu objetivo principal.

Em busca do registro das contribuições da autora no campo da comunicação, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a trajetória de Almerinda Gama na imprensa, através de suas crônicas publicadas na coluna *Perspectivas*, durante todo o período que circulou em *O Jornal*. Os objetivos específicos são: identificar as temáticas abordadas; observar as características das crônicas da autora; e analisar o modo como esses textos dialogam com a realidade e o contexto da época em que foram publicados.

Como abordagem metodológica, utilizamos a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011). Durante o trabalho, lançamos mão das pesquisas bibliográfica e documental: foram consultados documentos, periódicos, livros e trabalhos de pesquisa que citam a autora ou refletem sobre o período em que atuou. Nesse processo, foram investigados os contextos cultural, político e social da época, assim como o cenário que envolvia a imprensa na década de 1930. Para a análise de conteúdo das crônicas, catalogamos todas as edições da coluna *Perspectivas* publicadas em *O Jornal*, entre os anos de 1930 e 1931, consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira¹. A partir da leitura e do mapeamento dos textos, foram identificadas as principais temáticas tratadas pela autora, assim como as características de suas crônicas. A relação entre os assuntos e o contexto histórico-social da época foi investigada através da pesquisa bibliográfica.

Para contemplar todos os objetivos descritos, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro, fazemos uma contextualização da imprensa no Brasil na década de 1930, passando pela adoção das novas tecnologias e as transformações das redações. Devido à relevância do tema e sua relação com a trajetória de Almerinda Gama, nesse capítulo, também abordamos o surgimento da imprensa feminina e da imprensa negra no Brasil. Em seguida, no segundo, iniciamos a apresentação de *O Jornal*, lançado em 1919 e comprado cinco anos depois por Assis Chateaubriand. A partir de seu comando, o periódico torna-se o primeiro órgão dos *Diários Associados* e desponta como um importante marco na história da imprensa brasileira até sua extinção, em 1974. A página *Para a Mulher no Lar*, dirigida pela jornalista e escritora carioca Sylvia Serafim, e a coluna *Perspectivas*, de Almerinda Gama, publicada na mesma página e objeto de pesquisa deste trabalho, são apresentadas no capítulo. No terceiro, exploramos o surgimento da crônica no Brasil, na metade do século XIX, onde o gênero adotou a subjetividade e se transformou.

¹ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_03&PagFis=3224

Apresentamos as principais características do gênero textual e suas classificações, assim como sua aproximação com o jornalismo. No terceiro capítulo, partimos para o estudo da trajetória pessoal e profissional de Almerinda Gama, com enfoque na sua história na política e na imprensa. Por fim, no quarto capítulo, utilizamos a análise de conteúdo para mapear e identificar as temáticas de todas crônicas de Almerinda Gama publicadas na coluna *Perspectivas*, assim como para analisar qualitativamente aquelas que apresentam assuntos relacionados às mulheres, tema que ganha destaque em seus textos.

“É a partir de rastros e vestígios que chegam do passado ao presente que podemos recontar as histórias”, ilumina Barbosa (2007, p. 18). Assim, para estudar a contribuição jornalístico-literária de Almerinda Gama, buscamos os rastros e vestígios deixados por ela nas páginas dos jornais. Com esse trabalho, pretendemos registrar na história as produções de Almerinda como cronista da década de 1930 e observar os acontecimentos daquela época através do seu olhar crítico e atento.

2 A IMPRENSA BRASILEIRA NA ALVORADA DO SÉCULO XX

O capítulo busca traçar um panorama da imprensa brasileira na virada dos séculos XIX e XX: contextualizamos a adoção de novas tecnologias, as transformações das redações e os principais periódicos da época. Além disso, abordamos o surgimento da imprensa negra e da imprensa feminina no Brasil, devido à relevância e à relação com o trabalho e a vivência de Almerinda Gama.

2.1 As redações e as novas tecnologias

Para compreender a história da imprensa no alvorecer do século XX, Barbosa (2007) aponta que podemos encontrar aspectos fundamentais nos vestígios deixados pela virada do século. As novas tecnologias que chegam aos centros urbanos no final do século XIX, como o telégrafo, o fonógrafo, a linotipo, o daguerreótipo, entre outras, introduzem amplas transformações nas cidades e nos periódicos brasileiros. Conforme a autora, “graças a sua implantação [do telégrafo] nos periódicos mais importantes do Rio de Janeiro, a partir de 1874, é possível noticiar fatos do mundo ocorridos ontem e transportar até províncias longínquas como o Maranhão, notícias do fim do ‘século das luzes’ na capital da recém-criada República” (BARBOSA, 2007, p. 21). A partir das inovações adotadas pela imprensa, a imagem do jornalismo como conformador da realidade começa a ser construída: o público passa, então, a associar os jornais à informação atual.

De acordo com Sodré (1983, p. 267), “foi *A Notícia* que primeiro utilizou o serviço telegráfico, em 1895, com informações sobre a luta em Cuba; o público só acreditou quando, no dia seguinte, o *Jornal do Commercio* confirmou aquelas informações”. Cinco anos depois do fato mencionado pelo jornalista, uma notícia publicada em 1º janeiro de 1901, no *Jornal do Brasil*, anuncia a aquisição de uma nova máquina do serviço telegráfico, ferramenta que permite o aumento significativo da tiragem. Naquele ano, o periódico carioca atinge a marca de 60 mil exemplares. Em 1902, o *Correio da Manhã* também destaca a implantação do telégrafo em sua redação, acompanhando outros diários cariocas.

Os nossos leitores ficarão assim a par de todo o movimento das grandes capitais e conhecedores das modificações que se dão na política internacional. Além desse melhoramento, o material tipográfico será completamente transformado a fim de que o correio da manhã em todos os pontos corresponda às exigências de um jornal moderno, também cuidando de sua parte estética (CORREIO DA MANHÃ, 2 janeiro de 1902, p. 1).

Introduzida nos jornais do Rio de Janeiro em 1892, a linotipia é adotada no período em que as máquinas a vapor chegam à cidade. Ao possibilitar a produção de linhas inteiras a partir do acionamento de um teclado alfabético, a tecnologia de impressão traz profundas alterações nas redações e no cotidiano dos jornalistas. Esse período é marcado pela rapidez na composição dos textos e pela possibilidade de ampliação do número de páginas dos periódicos. No início do século XX, o trabalho dos ilustradores ganha protagonismo nos jornais, cenário que antecede a adoção da tecnologia que possibilitaria a impressão de fotografias nos periódicos, a fototipia. Desenhadas à bico-de-pena, as ilustrações ajudam a construir uma redefinição do olhar do leitor da época. Em 15 de novembro de 1900, a primeira página do *Jornal do Brasil* é coberta por reproduções ilustradas das novas tecnologias adotadas pela imprensa na transição entre os séculos.

Assim, a utilização da ilustração como uma espécie de arremedo da imagem técnica - que logo ocupará lugar de destaque na imprensa - constrói paulatinamente o seu caráter aparentemente objetivo, fazendo com que sejam olhadas como espécie de janelas e não como imagens. Ao lado da pretensa representação do real, figuram outras ilustrações que dizem respeito a um regime de representação anterior. Nesse sentido, a imagem é em muitos momentos alegoria pura (BARBOSA, 2007, p. 32).

Nesse período, as ilustrações passam a ser comuns em matérias policiais, funcionando como recurso de credibilidade à notícia. “Ilustrar, num primeiro momento, e fotografar, num segundo momento, significa documentar episódios e fatos contemporâneos, fornecendo indícios da presença e inaugurando a noção de tempo real” (Przyblyski *apud* Barbosa, 2007, p. 36). A presença das ilustrações é característica marcante na história de *O Jornal*, primeiro periódico a lançar uma história em quadrinhos nacional, no ano de 1924, como veremos no subcapítulo sobre esse veículo impresso.

2.2 Breve panorama da imprensa nos anos iniciais do século XX

Os periódicos mais relevantes do início do século XX no Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *O Paiz* tinham diferentes públicos na cidade que abrigava pouco mais de 600 mil habitantes. Por conta disso, os textos publicados nos jornais variavam de acordo com as preferências dos leitores. Barbosa (2007, p. 41) ressalta que o conteúdo da *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875, era voltado a um público de gosto literário, enquanto o *Jornal do Brasil* focava em atingir um leitor de menor grau de instrução e poder aquisitivo. O *Correio da Manhã* também tinha um perfil popular desde a circulação de sua primeira edição em 1901. Assim como a *Gazeta*, o *Correio* passa a

priorizar a informação sobre a opinião: notícias policiais, reportagens e entrevistas ganham maior destaque. A crônica também passa a ser valorizada no periódico, ligada a temas do cotidiano. O jornal carioca traça uma série de estratégias editoriais para se consolidar como um veículo popular, como a inclusão de colunas de queixas e reclamações dos leitores, acompanhando o exemplo de “Queixas do Povo”, coluna criada pelo *Jornal do Brasil*.

No final da primeira década do século XX, o *Correio da Manhã* tem tiragem de 30 mil exemplares e amplia sua circulação para outros estados além do Rio de Janeiro. Nesse período, o *Jornal do Commercio*, de caráter conservador, passa a valorizar as reportagens. O impresso *O Paiz*, fundado em 1884, também constrói seus alicerces nas suas ligações com o campo político. Os cinco principais jornais do Rio de Janeiro, até aquele momento, passam por intensas transformações e participam da criação de um novo jornalismo, que tem como característica editorial “a divisão entre os textos pretensamente neutros (notícia) e os artigos claramente opinativos, procurando transmitir ao leitor a imagem de uma imprensa neutra” (FRANCISCO, 2011, p. 26). Esse processo se dá após inovações tecnológicas que permitem mais rapidez na produção do jornal, além da inserção de fotos e ilustrações nos periódicos.

De acordo com Sodré (1983, p. 275), a passagem do século assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa: “Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função”. As mudanças se dão, assim, no plano da produção, da circulação e também das relações dos jornais com os anunciantes, com o poder político e com os leitores.

2.3 Os periódicos das décadas de 1920 e 1930

Um censo realizado em 1920 indica o aumento no grau de alfabetização da população no Rio de Janeiro: 74,2% das pessoas maiores de 15 anos são consideradas letradas na época. O analfabetismo, porém, continua atingindo as mulheres. Nesse período, outro levantamento aponta a existência de pelo menos 800 periódicos na cidade (ABI:1980). Os jornais mais relevantes do período, conforme Barbosa (2007), são *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Na década, ainda há o surgimento de dois veículos de grande importância, *O Globo*, fundado em 1925, e *O Jornal*, que se tornaria líder do primeiro conglomerado de mídia brasileiro, os *Diários Associados*, após sua compra por Assis Chateaubriand em 1924.

A revolução na forma de fazer jornal, iniciada no século anterior, tem continuidade ao longo do século XX, com a difusão de rotogravuras a cores e modificações na organização empresarial da imprensa. Na década de 1920, as chamadas notícias de sensação tomam conta das páginas da maioria dos jornais diários do Rio de Janeiro, substituindo as longas discussões políticas por manchetes, ilustrações e fotografias sobre os acontecimentos noticiados e as matérias policiais.

Os jornais, sem desprezarem a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando se tratava de um crime rocamboloso, não mereciam mais do que algumas linhas, agora passavam a cobrir largo espaço; surge o noticiário esportivo, até então inexistente, e tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar (BROCA, 1975, p. 218).

É nesta fase que Nelson Rodrigues e João do Rio publicam seus textos em forma de crônica, ao apresentarem a situação contada como real, aliada a opiniões e juízos de valor sobre o acontecimento. A popularização das notícias de sensação se concretiza com o surgimento de diários dedicados aos escândalos e tragédias como *A Manhã* (1925) e *Crítica* (1928). Os textos têm como característica a presença de um “jornalista-narrador” – é atribuído ao repórter um papel de investigador, que descreve detalhes dos crimes (BARBOSA, 2007, p. 66). Além da descrição minuciosa, as notícias nos jornais são sintetizadas em forma de imagens.

No período marcado por transformações políticas, econômicas e tecnológicas, a maior parte da imprensa ainda é dependente de subsídios do governo oficial. A década de 1920 também conta com a chegada de novas agências de notícia internacionais, que contribuem para um novo formato de jornal, com destaque para a Europa e os Estados Unidos. Para Sodré (1983, p. 364), “a imprensa continuava a transformar-se, dentro da estrutura empresarial. No Rio, o *Jornal do Brasil* começava, em 1922, a receber o serviço da *United Press*, nisso só precedido pelo *Rio-Jornal*”.

Ao final dos anos de 1920, tem início a estruturação dos primeiros conglomerados de imprensa no Rio de Janeiro. A compra de *O Jornal*, veículo que seria o principal dos *Diários Associados*, por Assis Chateaubriand, acentua as contradições entre os dois tipos de jornalismo que circulam na cidade. De um lado, ainda existe uma imprensa de caráter artesanal, caracterizada pelas baixas tiragens. De outro, consolida-se uma imprensa estruturada nos moldes empresariais, processo que se inicia na virada do século XIX para o XX. Fundado por Renato Toledo Lopes e um grupo de jornalistas que deixa o *Jornal do Commercio*, *O Jornal* é comprado e capitaneado por Chateaubriand a partir de 1924. O veículo inaugura a consolidação

do empresário nos campos político e econômico e anuncia o prestígio que ele terá nos anos seguintes. Esses desdobramentos iniciam, portanto, um novo período na imprensa brasileira, marcado pela criação de grandes grupos de mídia.

No primeiro ano da década seguinte, a Revolução de 1930 resulta na deposição do presidente Washington Luiz e na condução de Getúlio Vargas, candidato menos votado, à presidência do Brasil. Em 3 de novembro daquele ano, começa o Governo Provisório, primeira fase da Era Vargas, conjunto de desdobramentos políticos que se estenderia até 1945. Sodré (1983, p. 374) aponta que esse movimento é acompanhado do “aprofundamento de velhas contradições na sociedade brasileira”. As relações e as complexidades políticas desse cenário interferem na própria configuração do jornalismo, tendo repercussão inevitável sobre a estrutura e o discurso dos jornais. O período ainda é marcado pela difusão do rádio, quando, a partir de 1932, “as emissoras começam, gradativamente, a se estruturar como negócio comunicacional” (FERRARETTO, 2012, p. 11). O meio surge como o principal veículo utilizado pelo governo para atingir um público heterogêneo. Através do rádio, a sociedade política passa a construir a imagem de Getúlio Vargas como líder das “massas urbanas”, conforme Barbosa (2006, p. 221).

Existem, ao final da década de 1930, 23 jornais registrados no Rio de Janeiro: o centenário *Jornal do Commercio* e o *Diário de Notícias* seguem em circulação, enquanto *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite*, *A Manhã* e *Correio da Manhã* ganham destaque pelo poder de difusão. Também circulam periódicos como *A Batalha*, *O Radical*, *Voz de Portugal*, *Correio da Noite*, *A Nota*, *Vanguarda e Democracia*. O *Jornal do Brasil*, *O Imparcial* e *Gazeta de Notícias* passam por grande declínio de público. Ainda, há outros que ganham relevância nas próximas décadas, como o *Diário Carioca*, fundado em 1928, e *O Globo*, criado em 1925. Nesse período, *O Jornal*, objeto de estudo deste trabalho, atinge a marca de 120 mil exemplares (BARBOSA, 2007, p.109)

2.4 Imprensa negra no Brasil

Aproximados 42 anos desde a abolição da escravatura no Brasil, Almerinda Gama inicia sua colaboração com os *Diários Associados* de Chateaubriand. Para que a jornalista pudesse ocupar aquele espaço, outras mulheres negras e homens negros articularam, protestaram e traçaram caminhos em busca de direitos sociais e políticos efetivos. No século XIX, a imprensa negra surge no país: “os primeiros jornais negros tiveram uma importância incontestável para a negritude e para a sociedade brasileira, por reivindicarem a incorporação do negro nos espaços, sobretudo de trabalho” (ARAÚJO e PERUZZO, 2021, p. 235).

O periódico pioneiro dessa vertente nasce na primeira metade do século XIX, com *O Homem de Côr* (1833) – passa a se chamar *O Mulato ou O Homem de Côr*, a partir da terceira edição, como aponta Vidal (2018). No Rio de Janeiro, o período regencial também mobiliza as publicações *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho e O Lafuente*. Para além do Rio de Janeiro, surge *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social* (1876), em Recife, *A Pátria - orgam dos homens de côr* (1889), em São Paulo, e *O Progresso - orgam dos homens de côr* (1889), em Porto Alegre. Na capital gaúcha surge, em 1892, o notável *O Exemplo* (PINTO, 2006, p. 27).

A questão abolicionista também esteve em pauta em jornais que não pertenciam à imprensa negra, mas que contavam com a colaboração de jornalistas negros, conforme Pinto (2010). Eram exemplos desses periódicos *A Pátria* e *O Progresso*, com a presença de Luiz Gama, a *Gazeta de Notícias*, com José do Patrocínio, e a *Gazeta da Tarde*, com José Ferreira de Menezes. Após a abolição concretizada em 1988, há a institucionalização do movimento negro e a expansão dos jornais criados por grupos ou organizações de pessoas negras, de acordo com Araújo e Peruzzo (2021, p. 235). Nas primeiras décadas do século XX, por meio dos movimentos sociais, esses grupos passam a reivindicar mudanças e os jornais a colocar em pauta questões sobre a discriminação racial.

2.5 Imprensa feminina e imprensa feminista

A imprensa feminina é caracterizada por Dulcília Buitoni (2009, p. 16) como aquela dirigida e pensada para as mulheres. Essa vertente se desenvolve no Brasil ainda no século XIX, apesar do alto grau de analfabetismo que atinge o público feminino no país. De acordo com Constância Lima Duarte (2016, p. 14), “mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência”. As temáticas principais – moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, entre outras – ocupam as páginas da maioria dos periódicos femininos, mas também houve espaço para assuntos políticos, como reivindicações de direitos e reflexões sobre o papel das mulheres na sociedade. À imprensa que pautava a defesa dos direitos das mulheres, Buitoni (2009) cunhou o nome de imprensa feminista.

No século XIX, encontramos duas direções bem definidas na imprensa feminina: a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes

domésticas e as qualidades “femininas”; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação (BUITONI, 2007, p. 47).

A autora, assim como Duarte (2012), identifica *O Espelho Diamantino*, editado no Rio de Janeiro em 1827, como o primeiro periódico feminino brasileiro. Dois anos mais tarde, em São João del-Rei, Minas Gerais, o *Mentor das Brasileiras* é lançado e dirigido por José Alcebíades Carneiro, com ênfase no acesso das mulheres à educação e ao debate político. Conforme Duarte (2012), entre os pioneiros do gênero, também merece destaque *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense exaltada* (1832), primeiro de uma série de periódicos comandados por Francisco de Paula Brito, jornalista, escritor e precursor da imprensa negra no Brasil.

As mulheres começam a tomar protagonismo em 1833, quando surge o primeiro jornal fundado e dirigido por uma figura feminina no Brasil. *Bellona Irada contra os Sectários de Momo* é comandado por Maria Josefa Barreto, em Porto Alegre, e tem caráter estritamente político. No mesmo ano, surge *A mineira no Rio de Janeiro* e *A filha do Timandro ou A brasileira patriota*, “ambos dirigidos por mulheres, nos quais debates sobre a identidade nacional e questões políticas se sobrepuseram às discussões acerca da condição feminina” (RAMOS, 2017, p. 03).

Na segunda metade do séc. XIX, em 1852, entra em cena o *Jornal das Senhoras*, no Rio de Janeiro, que “conseguiu ultrapassar os limites da moda e da literatura, ousando tímidos protestos contra a maneira possessiva com que os homens tratavam suas mulheres” (LIMA, 2007, p. 222). Em 1862, na mesma cidade, um grupo de mulheres funda *O Bello Sexo*, veículo que também traz críticas quanto a atuação social da mulher e questiona a falta de instrução. A partir de 1870, órgãos feministas se multiplicam com grande rapidez no país, em uma espécie de rede de apoio, como aponta Duarte (2017, p. 103).

O Rio de Janeiro assiste, no final do século XIX, ao surgimento de uma série de publicações femininas. *O Domingo*, de responsabilidade de Violante Atabalipa de Bivar e Velasco, é lançado em 1874. No mesmo ano, é transferido para a capital federal *O Sexo Feminino*, jornal dirigido por Francisca Senhorinha Motta Diniz, que carrega a proposta de defender a educação, a instrução e a emancipação da mulher. O *Echo das Damas* surge em 1879, dirigido por Amélia Carolina da Silva Couto. Dez anos depois, *A Família*, editado por Josefina Álvares de Azevedo, publica textos críticos e de conscientização sobre a dominação masculina. Conforme Duarte (2016), também merecem destaque *A Mensageira* (1897), de Presciliana Duarte de Almeida, e *o ESCRINIO* (1898), fundado por Andradina América de Andrade Oliveira, veículos que defendiam o direito à educação e a igualdade intelectual entre os gêneros.

No século XX, as revistas ilustradas crescem e ganham popularidade nos centros urbanos. A imprensa brasileira já havia ingressado na era capitalista e os jornais eram considerados empresas industriais, conforme Buitoni (2007, p. 52). Os periódicos passam a acentuar o caráter jornalístico, fazendo com que os literatos se concentrem nas revistas. Tanto os jornais, quanto as revistas passam a ter maior número de leitores do público masculino e feminino. Nesse período, continuam a surgir pequenos periódicos destinados às mulheres, como *Voz Feminina* (1900), em Minas Gerais, *O Chromo* (1901) e *O Colibri* (1904), ambos em São Paulo.

A partir da década de 1910, uma revista mensal dirigida especialmente às mulheres é fundada por Virgilina de Souza Salles. Publicada entre 1914 e 1935, a *Revista Feminina* alcança a tiragem de 30 mil exemplares, com distribuição para todo o Brasil. De acordo com Buitoni (2007), a publicação pode ser considerada precursora dos modernos veículos dedicados à mulher e “se destaca pela sua formulação mais ‘completa’, qualidade que os veículos até então dedicados às mulheres ainda não haviam encontrado” (BUITONI, 2007, p. 56).

A campanha sufragista ganha força na década de 1920. Nesse período, a *Revista Feminina* segue com grande popularidade. Surge *Vida Doméstica*, enquanto *Fon-Fon*, veículo voltado para o público geral, desfruta de seu prestígio. Conforme Buitoni (2009), também merece destaque a criação de *Renascença*, revista feminina com influências anarquistas. Diretora do veículo, Maria Lacerda de Moura é considerada pela autora uma pensadora do “ser feminino”.

A conquista do voto para as mulheres chega na década seguinte, em 1932. Nesse período, embora não seja totalmente voltada para as mulheres, *O Cruzeiro*, revista ilustrada lançada por Assis Chateaubriand em 1928, conta com a seção feminina *Dona na Sociedade*. Além disso, “a editora de *O Cruzeiro – O Malho* – lançou produtos específicos para mulheres, como edições especiais sobre ‘Moda e bordado’ e o famoso *Anuário das Senhoras*, cujo primeiro número é de 1934” (BUITONI, 2006, p. 78).

Essas revistas já voltavam sua atenção para o público feminino, incluindo matérias ou seções supostamente de interesse feminino. Assim faziam a *Revista da Semana* (Rio de Janeiro-1901), que tinha uma seção intitulada *Cartas de Mulher*; *Fon-Fon* (Rio de Janeiro-1907) e *Cigarra* (São Paulo-1914), que embora não fossem concebidas como revistas especificamente para público feminino, traziam informações dirigidas às mulheres (LIMA, 2007, p. 224).

Ao longo do século XX, as mulheres ganham cada vez mais espaço nos jornais e revistas. A imprensa feminina, conforme a autora, ainda trata sobre os temas tradicionais como

moda, beleza e educação das crianças, com escrita majoritariamente literária, sem o aparecimento de reportagens e entrevistas.

3 O PRIMEIRO PERIÓDICO DE CHATEAUBRIAND: *O JORNAL*

Fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes e um grupo de jornalistas que deixa o *Jornal do Commercio*, *O Jornal* é o primeiro periódico comprado por Assis Chateaubriand, cinco anos após o lançamento. O título da folha é uma espécie de provocação ao centenário que circulava no Rio de Janeiro, informalmente conhecido como “o jornal”.

A redação, a administração e as oficinas do veículo ocupavam um prédio na rua Rodrigo Silva, número 12, no Rio de Janeiro. Sob o comando do diretor, o jornal busca pela marca da independência, da austeridade e da dedicação a assuntos científicos e literários. Brasil (2015) indica que, “em seu expediente, o periódico anunciava que evitaria ‘em sua chronica policial a publicação de pequenas noticias repugnantes’”. Conforme o autor, apesar de politicamente moderado nos primeiros anos, o veículo posicionou-se a favor da Reação Republicana de 1922, movimento que apoiou a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da república.

Em 1924, o periódico torna-se o primeiro órgão dos *Diários Associados*, quando Chateaubriand assume o comando da folha. De acordo com Carneiro (1999), estava dada a partida para a grande marcha do empresário rumo ao seu “império das palavras”.

Às oito da manhã de 30 de outubro de 1924, Assis Chateaubriand atravessou as oficinas instaladas no térreo do pequeno prédio de quatro andares da rua Rodrigo Silva, subiu o primeiro lance de escadas, passou sem cumprimentar ninguém pela redação, no primeiro andar, subiu a pé mais dois pavimentos e sentou-se na cadeira que até então pertencia a Renato Toledo Lopes. Aos 32 anos ele realizava o sonho de ser dono de um jornal (CARNEIRO, 1999, p. 148).

A edição número 1.767, publicada em 2 de outubro, registra o término da passagem de Toledo Lopes pelo periódico. Em texto com título “Pela Reacção Conservadora”, Assis Chateaubriand anuncia que *O Jornal* prestigiaria a autoridade, sem deixar de assinalar os erros e desvios na direção dos negócios públicos. Escrita em linguagem rebuscada, a nova versão do veículo ganha prestígio entre as elites. Conforme Fernando Moraes (1994, p. 143), o jornal não havia atingido tiragens expressivas até a compra por Chateaubriand.

Para a aquisição da folha, Nelson Werneck Sodré (1966) registra que Chateaubriand obteve auxílio de Epiácio Pessoa, Alfredo Pujol, Virgílio de Mello Franco (SODRÉ, 1966, p. 415). O empresário ainda consegue empréstimos em dinheiro com Alfredo Pujol e Cândido Sotto Mayor para a nova empreitada. O restante do valor necessário é obtido pela venda de ações da *Sociedade Anônima O Jornal*, uma espécie de sociedade imaginária inventada por ele. Nomes como Basílio Jafet, Conde Álvares Penteado, Conde Asdrúbal do Nascimento, José

Carlos de Macedo Soares, Vicente de Almeida Prado e Roberto Simonsen estavam entre os compradores.

O novo proprietário do jornal é enfático ao afirmar que no seu veículo, e futuramente na sua rede, “haveria um programa editorial dirigido para a nação, sem nenhuma tolerância com divulgações de interesses ‘familiares’” (CARNEIRO, 1999, p. 91). Para isso, Assis Chateaubriand institui uma nova diretoria, integrada por nomes de grande prestígio. Epitácio Pessoa passa a presidir *O Jornal*, secundado pelos diretores Alfredo Pujol e Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Nas mãos de Chateaubriand, o veículo cresce e desenvolve suas características editoriais, desde a reportagem até a publicidade. De acordo com Carneiro (1999, p. 92), “uma inovação editorial de *O Jornal* foi substituir os longos artigos por reportagens, a primeira das quais teria sua repercussão estendida por cinquenta anos”. Assis Chateaubriand também incrementa os anúncios, inspirado na imprensa norte-americana, com disposição de textos e ilustrações. Essas inovações – remodelação da paginação gráfica, técnicas de ilustração e colunismo – dobram o faturamento do periódico em menos de um ano, com aumento significativo da circulação e da propaganda. Além disso, Morais (1994) registra que Chateaubriand inovou no recrutamento de colaboradores: a folha passa a contar com nomes cobiçados internacionalmente, como o vencedor do prêmio Nobel de literatura Rudyard Kipling, o ex-presidente francês Raymond Poincaré e o ex-premiê britânico Lloyd George. O investimento bem sucedido de Chatô faz com que *O Jornal* abra sucursais em São Paulo e Belo Horizonte, entregues a Plínio Barreto e Milton Campos, respectivamente.

Os anos iniciais do periódico ainda anunciam a preparação do *Jornal da Criança*, que publicaria a primeira história em quadrinhos brasileira, chamada de *As aventuras de João e do seu Cão ‘Ventania’*, em 24 de dezembro de 1924. Em junho de 1925, o periódico lança a 1ª Campanha Nacional de Alfabetização, juntamente com a Liga de Defesa Nacional. Em novembro, Chateaubriand inaugura a sucursal de *O Jornal* em Goiás, sob o comando de Luiz de Couto. No mesmo ano, Assis Chateaubriand dá mais um passo para a construção do seu império, com a compra do vespertino *Diário da Noite*, de São Paulo, conduzindo o irmão Oswaldo Chateaubriand como diretor.

A partir da metade da década de 1920, passam a assinar artigos políticos nomes como Afrânio Peixoto, José Maria Whitaker, Virgílio de Melo Franco e Herbert Moses, que “dividia com Neto dos Reis uma coluna publicada no concorrente [*A Noite*] sob o título de ‘Aviação nacional’, uma das favoritas de Chateaubriand” (MORAIS, 1994, p. 155). O viés político, no período inicial da gestão de Assis Chateaubriand no periódico, é marcado por uma forte campanha contra o governo de Arthur Bernardes. Conforme Brasil (2015), a folha passa a

defender o favorecimento do capital estrangeiro, o antinacionalismo e o tenentismo, em oposição à República Velha.

Para que o jornal não imprimisse uma aparência de “diário oficial”, por conta dos extensos textos políticos nacionais e internacionais, Chateaubriand aumenta de 20 para 24 o número de páginas, divididas em dois cadernos – o segundo frequentemente impresso em cores. Em 1925, Moraes (1994, p. 159) afirma que *O Jornal* começa a conquistar a população, ao chegar a marca de 40 mil exemplares e quase 3 mil assinantes, em dezenove estados e territórios. No mesmo ano, o periódico quebra dois recordes da imprensa brasileira: a edição sobre o centenário do nascimento de D. Pedro II e o desenvolvimento da indústria no Brasil é publicada com mais de 60 páginas. “Até então nenhum jornal tinha posto na rua uma edição com 68 páginas, assim como nenhum veículo jamais conseguira vender, num só dia, um volume tão grande de publicidade como a estampada em *O Jornal* de 2 de dezembro de 1925” (MORAIS, 1994, p. 164).

Em maio de 1927, Gabriel Bernardes, diretor de *O Jornal* à época, assume a presidência da Associação Brasileira de Imprensa, “no mesmo dia em que Luiz Amaral publica sensacional reportagem sobre a Coluna Prestes, solicitando anistia para seus integrantes” (CARNEIRO, 1999, p. 99). Seis meses depois, o diário divulga uma longa entrevista com Luís Carlos Prestes, repleta de críticas ao governo vigente. Naquele ano, *O Jornal* quebra um novo recorde com a publicação de uma edição comemorativa de 192 páginas.

Ao final da década, Chateaubriand lança *O Cruzeiro* (1928), revista que revolucionaria o mercado editorial do Brasil. Em 1929, *O Diário de Notícias*, fundado quatro anos antes em Porto Alegre, é incorporado aos *Diários Associados*, assim como *O Estado de Minas*. No mesmo ano, o empresário lança o *Diário de São Paulo* e o *Diário da Noite do Rio de Janeiro*. A partir da série de movimentações e investimentos de Chateaubriand, conforme Brasil (2015), “estava oficialmente fundada a rede *Diários Associados*, a primeira rede de comunicação brasileira, que, em seu auge, contabilizaria 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, dentre as quais, a TV Tupi”.

Após a grande expansão do empreendimento de Chateaubriand, *O Jornal* apoia a articulação do Rio Grande do Sul, da Paraíba e de Minas Gerais na composição da Aliança Liberal. A campanha de Getúlio Vargas à presidência da República é formada com suporte do veículo, que posiciona-se contra o presidente Washington Luís.

O Jornal acabou dando grande destaque à chamada Revolta de Princesa, ocorrida em fevereiro de 1930 na Paraíba, contra o presidente estadual João Pessoa, candidato à vice-presidência da República pela mesma chapa que Getúlio; em julho a folha de

Chateaubriand culpou formalmente o governo pelo assassinato de João Pessoa. Finalmente, em outubro daquele ano, *O Jornal* e seus periódicos irmãos deram total apoio à Revolução de 1930 (BRASIL, 2015).

Um ano após a Revolução de 1930, Chateaubriand é surpreendido por mudanças no cenário político. Conforme Brasil (2015), nos últimos dias daquele ano, os artigos de Chateaubriand focam em duas temáticas: a relação do governo federal com São Paulo e a redemocratização do Brasil, manifestando-se contra a construção de um governo ditatorial no país. Em 1932, ao apoiar a Revolução Constitucionalista, *O Jornal* tem sua sede e suas maquinarias confiscadas pelo militar João Alberto Lins de Barros, enquanto Assis Chateaubriand foge do Rio de Janeiro.

Desde 1926, o periódico contava com uma página dedicada às mulheres: *Para as horas de lazer feminino*. Em 1930, com o título *Para a mulher no lar*, a página abriga a coluna *Perspectivas*, assinada por Almerinda Gama, objeto de estudo deste trabalho.

3.1 A página *Para a Mulher no Lar*

O conteúdo destinado às temáticas tradicionais da imprensa feminina ocupa um pequeno espaço nas primeiras edições de *O Jornal*. Sob o título de *Chroniqueta Parisiense* (Figura 1), uma coluna diária com textos sobre as tendências de moda nacionais e internacionais, a educação das crianças, o comportamento das mulheres, entre outros assuntos, caracteriza o conteúdo pensado para o público feminino no periódico entre 1919 e 1924. Os textos curtos são assinados pela autora de pseudônimo Chiffon². A partir de 1925, a folha inaugura a *Chronica Semanal da Moda Parisiense*, publicada nas edições de domingo por Caroline Lowe e, posteriormente, por Bettina Robertson. No novo espaço, os textos são maiores e preenchem, frequentemente, mais da metade da página.

² Tecido utilizado tanto para confecção de roupas quanto de itens para decoração.

Figura 1 – *Chroniqueta Parisiense* na edição 190 de *O Jornal*, em 1919.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1919).

A seção voltada para as leitoras aumenta de modo significativo no ano seguinte, em 1926: é criada a página *Para as horas de lazer feminino*, que reúne diversos conteúdos pensados para as mulheres. Nessa seção, merece destaque a coluna *Ensinamentos às mães*, assinada pelo médico Wittrock, com textos sobre a saúde na maternidade – o aleitamento materno, a conjuntivite nos recém-nascidos e a vacinação das crianças são alguns assuntos levantados pelo autor. As dicas de moda também fazem parte dos conteúdos da página nessa época, publicadas na *Chroniqueta Parisiense*, realocada para o novo espaço do jornal.

Sob o pseudônimo de *Petite Source*, a jornalista Sylvia Serafim é mencionada pela primeira vez como diretora de *Para as horas de lazer feminino* na edição 3.434, de 26 de janeiro de 1930, demonstrada na Figura 2. Nessa data, Sylvia publica o texto *Sinceridade e Ironia de Elóra Possólo*, com comentários sobre o trabalho da escritora. Aos 26 anos, a jornalista colabora com diversos periódicos e escreve para a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo acerca de assuntos como reivindicações feministas, educação das crianças e problemas sociais do país. Carloni e Fortes (2020) apontam que Sylvia teve destaque no meio intelectual e político carioca das décadas de 1920 e 1930 e “sobressaía por seu saber erudito, engajamento na luta

feminista e a profícua produção de poemas nos quais expunha um eu lírico profundamente melancólico” (CARLONI E FORTES, 2020, p. 66).

Figura 2 – Sylvia Serafim é mencionada pela primeira vez como diretora da página Para as Horas de Lazer Feminino, em 26 de janeiro de 1930.

O JORNAL — Domingo, 26 de Janeiro de 1930

Para as Horas de Lazer Feminino

Dirigida por SYLVIA S. RAFIM (Pseudônimo)

O Polo e o Equador

Elas M. N. MACHADO.
(Para O JORNAL)

Se me vissem dizer: "O polo e o equador encontraram-se um dia... e de um a nove fôis e do outro o calor se transfundiram", eu sorriria!

Quem julga que me ilude com tal extravagância? Do polo ao equador há enorme distância! Se se houve radical quebre de latitude, alguma alteração das normas naturais, fim de aproximar, fim de identificar, o polo e o equador, tão desigualas!

Que insólida ironia! o polo e o equador confundiram-se um dia...

É os nossos gênios sintéticos, heterogêneos, são ressaltaram, aceno, são ligeiro arazo, numa incorporação milagrosa e sublime?

Que diferença se estendeu então, que o amor não atance ou aproxime?

Se me vissem contar, mesmo por chibata: "Encontraram-se o polo e o equador, e a causa foi... o amor!" eu sorria, certamente.

O amor alucina, ardente, não há dificuldade de latitude e nem de longitude, porque ele tudo vence, alcança e invade!

DESPEDIDA

Na sua gabinete de trabalho, Edmundo parecia agitado, ansioso e chagado de uma carta que o vulto de uma mulher, talvez a sua própria irmã, lhe trouxera.

— Quem te trouxe a carta, disse ele, com um sorriso nervoso e impaciente.

— Foi a irmã, respondeu a mulher, com uma expressão que não era de alegria.

— Quem te trouxe a carta, disse ele, com um sorriso nervoso e impaciente.

— Foi a irmã, respondeu a mulher, com uma expressão que não era de alegria.

— Quem te trouxe a carta, disse ele, com um sorriso nervoso e impaciente.

— Foi a irmã, respondeu a mulher, com uma expressão que não era de alegria.

Sinceridade e Ironia de Elôra Possólo

Sylvia Serafim (Pseudônimo)

Quem conhece Elôra Possólo como poeta não há dúvida de que ela seja como prosadora. O estilo de sua prosa é claro, direto, natural, inspirado de suas poesias.

— Ela é uma mulher, disse ela, com um sorriso nervoso e impaciente.

— Quem te trouxe a carta, disse ele, com um sorriso nervoso e impaciente.

— Foi a irmã, respondeu a mulher, com uma expressão que não era de alegria.

A lagrima

CRISTIANIAN
(Para O JORNAL)

Conheste-te, eu, lagrima e caprichosa? Dams olhos de botoca e de lábio? Mas nunca entrei, eis lá chorosa! Nada me disse, nada quis contar.

Depois um dia viste outra vez? Quando descobri que tu harias de mim? Nos olhos de uma jovem que talvez chorava uma saudade onde eu estava?

Se viste ali, fôis dor, desamparo? Correndo em pranto impressionado e sem que ninguém te visse, que em devotura largando-te o filho ao caminho?

Se desde então te tenho visto mais? Que choro pela morte esquecida? No amor aliar de um vulto, doce e suave? Indolente, de erro lá perdida?

Mas hoje, ah! sou eu quem dos olhos meus deito, semo, encorço tua saudade? Que futuro encerra e trêvas adã? Que a vida vem entre-me de acúcia?

DOMINGO DAS MÃES



OS DIVERTIMENTOS NAS PRAIAS

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1930).

Em 27 de dezembro de 1929, um mês antes de assumir a direção da página feminina de *O Jornal*, a capa de *Crítica* publica uma manchete que anuncia “um rumoroso pedido de desquite” entre a jornalista e seu marido, João Thibau Júnior. A notícia é acompanhada por uma ilustração de Roberto Rodrigues, a qual, assim como o texto, insinua um caso extraconjugal de Sylvia com o médico Manoel Dias de Abreu. No dia da publicação, a jornalista vai até a redação do periódico e procura por Mário Rodrigues. Na ausência do diretor, encontra o filho, Roberto Rodrigues – que havia feito seu desenho e com quem havia conversado no dia anterior (CASTRO, 1992, p. 89). A jornalista atira contra o abdômen do ilustrador, que falece no hospital dias depois.

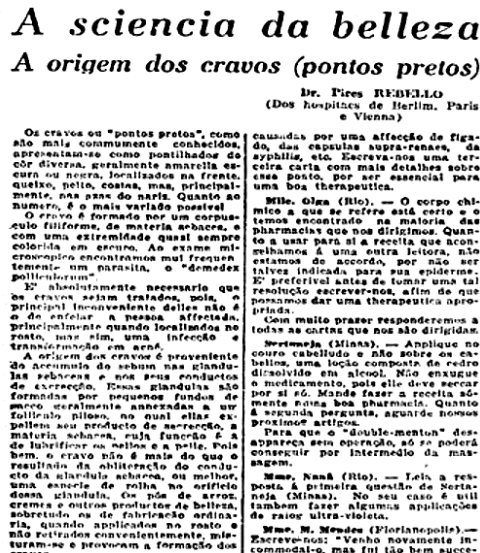
De acordo com Carloni e Fortes (2020), o episódio torna-se pauta da alta sociedade carioca e do meio jornalístico. No período conturbado, o periódico *O Jornal* apoia a colaboradora e registra o caso como um ato “em desafronta da honra pessoal”. O periódico *Diário Carioca* afirma que, na delegacia, Sylvia relatou buscar a retificação de comentários publicados pelo matutino, mas que Roberto afirmou não ter tempo para “rameiras”. Conforme Schargel (2021), após sua prisão em flagrante, a jornalista foi julgada em um grande espetáculo midiático – o primeiro julgamento a ser transmitido pela rádio no Brasil. Ao passar pelo júri de

sentença, Sylvia Serafim é absolvida por 5 votos contra 2. No dia 23 de agosto de 1930, a edição 3.613 de *O Jornal* detalha minuciosamente esse processo.

3.1.1 Perspectivas e outras colunas

Em fevereiro de 1930, *Para as horas de lazer feminino* torna-se *Para a mulher no lar - modas, passatempos e ensinamentos*. Ao longo daquele ano, ganha destaque na página a coluna *No Império da Moda - Chronica de Cinderella*, destinada às dicas de moda para as leitoras. Nesse período, *A sciencia da belleza*, coluna assinada por Dr. Pires Rebello exemplificada na Figura 3, ocupa um espaço relevante na seção feminina do periódico. O médico atuante em hospitais de Berlim, Paris e Viena, conforme indicado na sua assinatura, comenta sobre assuntos relacionados à estética feminina. Em texto publicado em 04 de maio de 1930, o médico fala sobre a origem dos cravos: “Os cravos ou "pontos pretos", como são mais commumente conhecidos, apresentam-se como pontilhado de côr diversa, geralmente amarella escura ou negra, localizados na frente, queixo, peito, costas, mas, principalmente, nos poros do nariz. Quanto ao numero, é o mais variado possível” (REBELLO, 1930).

Figura 3 – Coluna do Dr. Pires Rebello na edição 3.518 de *O Jornal*, em 1930.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1930)

No *Correio Carioca*, os leitores do diário obtinham respostas de Sylvia Serafim sobre o envio de artigos, contos e poesias para a publicação na página. Através da coluna, a diretora comenta a aptidão dos textos para a divulgação e sugere alterações aos autores de forma

individual. As cartas enviadas, porém, eram acessadas somente por Sylvia e não constavam nos jornais. Em janeiro de 1930, a jornalista publica sugestões para uma leitora, de pseudônimo *Chateaurian*, sobre a poesia modernista.

Minha amiguinha, você é muito gentil. Li attentamente sua poesia. Como sabe eu não sou poetisa. Meu julgamento, portanto, não é definitivo no assumpto. Porém me parece que a poesia modernista rejeita a rima. E aqui está a contradicção das suas produções. Você se liberta do número obrigatorio de syllabas e da accentuação e conserva a rima. Resultado: nem poesia antiga nem moderna (O JORNAL, 26 de janeiro de 1930, p. 3).

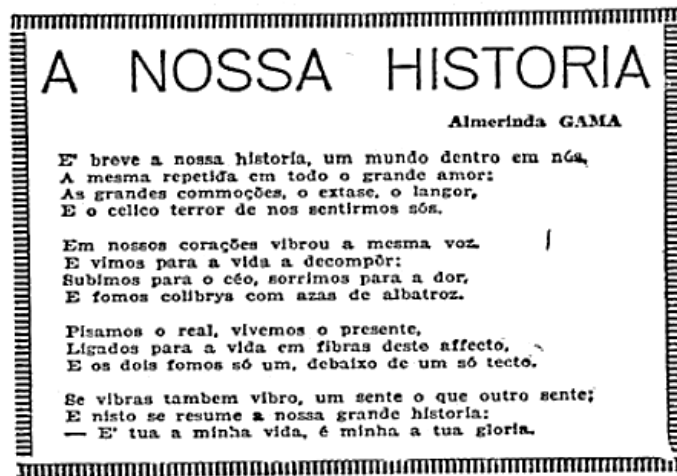
Em março de 1930, a advogada e jornalista Almerinda Gama publica, na seção *O que pensam as mulheres*, uma carta aberta a Humberto de Campos acerca do voto contrário do político ao ingresso das mulheres na Academia Brasileira de Letras. Dois meses depois, a autora inicia sua colaboração como cronista na página dirigida por Sylvia Serafim, ao inaugurar a coluna *Perspectivas*, objeto de estudo deste trabalho, em maio daquele ano. Na publicação de estreia de Almerinda Gama, Sylvia anuncia a nova colaboradora como uma pessoa de espírito “alto e sereno”. A diretora afirma, em seu texto de apresentação, considerar interessante uma visão retrospectiva dos fatos da semana pelo plano de um observador. É justamente esse o papel desempenhado pela cronista, que comenta notícias divulgadas nos periódicos, algumas mais trágicas do que outras, sob a sua perspectiva.

Figura 4 – Primeira crônica de Almerinda Gama em *O Jornal* e estreia da coluna *Perspectivas*.



Em sua crônica inaugural, ilustrada na Figura 4, Almerinda escreve sobre o suicídio de uma jovem que sofria violência doméstica. A coluna *Perspectivas* é publicada semanalmente nas edições de domingo até o dia 06 de dezembro de 1931. No total, a jornalista contribui com 27 crônicas em seu espaço exclusivo no periódico. Além desses textos, Almerinda publica contos e poemas nas páginas de *O Jornal*, como *A Nossa História*, veiculado em 2 de junho de 1930.

Figura 5 – Poema *A Nossa História*, de Almerinda Gama, na página *Para a Mulher no Lar*.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1930).

Ao lado dos textos de Almerinda Gama, também integram a página o *Correio Parisiense*, assinado por Gastão, que comentava e respondia questões enviadas pelos leitores sobre fatos culturais e sociais de países da Europa, como o teatro francês. Ainda, faziam parte da página a coluna *Lingerie*, escrita pelo pseudônimo de Mariposa Dourada. A autora de pseudônimo Borboleta Azul é responsável por duas colunas de destaque na seção, *O domingo das mães* e *Os complementos da elegância*.

4 JORNALISMO, LITERATURA E A CRÔNICA BRASILEIRA

“Filha do jornal e da era da máquina” é uma das definições de Antonio Candido (2003, p. 98) sobre a crônica brasileira. A característica mencionada pelo autor revela as relações intertextuais entre a literatura e o jornalismo eminentes desse gênero. Desde o seu desenvolvimento no Brasil, na metade do século XIX, a crônica se transforma e adota a subjetividade, passando por um processo de “aclimatação” da cultura nacional. Afrânio Coutinho (2003, p. 133) afirma que é da própria natureza da crônica a flexibilidade, a mobilidade e a irregularidade. Estar longe de padrões rígidos, porém, não significa facilidade quanto a sua definição: as fronteiras e particularidades da crônica são discutidas frequentemente por diversos autores, tanto do campo jornalístico, quanto do literário. Em texto metalinguístico de 1877, Machado de Assis escreveu sobre o tema:

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica (ASSIS, 2007, p. 27)

A partir do sentido etimológico, um dos possíveis significados de crônica tem origem na palavra *chronos*, termo grego que remete ao tempo. No latim, *chronica* significa um relato que segue ordem temporal ou cronológica. Arrigucci (1987, p. 51) aponta que o gênero nasce como “um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada”. Conforme o autor, a crônica, em sua origem, era crônica histórica: consistia em narração, em ordem cronológica, de fatos históricos. Nesse contexto, o cronista assume o papel de narrador e de “transformador da matéria prima do vivido em narração”.

Em território brasileiro, muitos estudiosos consideram a carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500 ao rei D. Manuel I, como a primeira crônica nacional. Por outro lado, Antonio Candido (2003), José Marques de Melo (1985) e diversos autores associam o início da crônica no Brasil ao surgimento dos folhetins, espaço nos rodapés dos jornais impressos. O folhetim semanal é inaugurado em dezembro de 1852, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, assinado por Francisco Otaviano. Seus sucessores são José de Alencar, Manuel Antonio de Almeida, Machado de Assis, Raul Pompéia, Coelho Neto, entre outros. Para Melo (1985, p. 113), “é exatamente como folhetim que a crônica surge no jornalismo brasileiro. Um espaço

que os jornais reservam, semanalmente, para o registro do que aconteceu no período. Sua redação é confiada a escritores (poetas ou ficcionistas)”.

Até chegar a sua configuração contemporânea, a crônica, assim como a imprensa brasileira, passa por transformações na virada do século XIX para o século XX. Conforme Luiz Beltrão (1980), a partir do desenvolvimento do caráter empresarial da imprensa, a crônica “entra em recesso”. A transição no modo de gerir os jornais impressos, de forma similar a uma empresa, afeta as lógicas de publicação dos textos e de produção das notícias. Nessas condições, as crônicas passam a ocupar um espaço separado, como em seções especializadas. O autor indica, porém, que os leitores da época prezavam pelos textos opinativos.

A preferência do leitor pelas opiniões individuais, sua escassez de tempo para ler todas as matérias publicadas, levando-o a procurar aquelas seções que dissessem respeito aos seus interesses profissionais ou respondessem aos reclamos imediatos do seu espírito, juntamente com a variedade de temas que exigia pessoal habilitado em cada setor da atividade humana para atender a demanda da audiência foram motivos predominantes, econômica e socialmente falando, do retorno dos cronistas ao jornalismo (BELTRÃO, 1980, p. 67).

A década de 1930 é citada por Candido (2003) como um marco na consolidação da crônica moderna no Brasil, cultivada por um número crescente de escritores e jornalistas. Entre os nomes destacados pelo autor nessa época estão Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga. De acordo com Melo (1985, p. 111), no jornalismo brasileiro, a configuração contemporânea da crônica “permitiu a alguns estudiosos proclamarem que se trata de um gênero tipicamente brasileiro, não encontrando equivalente na produção jornalística de outros países”. Na Inglaterra, conforme o autor, textos que se aproximam da crônica são chamados de *action stories*, e na Alemanha, recebem o nome de *glosa*.

Para Tuzino (2009, p. 7), “através da crônica, o leitor dos jornais impressos pode tomar conhecimento dos fatos, informar-se do que acontece na atualidade e, ao mesmo tempo, receber uma leitura de mundo”. A autora também destaca que o gênero literário possui atributo documental e histórico, visto que reflete temas, interesses e linguagem de um determinado tempo. São esses atributos da crônica que nos permitem acessar as impressões e inquietações de Almerinda Gama, registradas em suas publicações de *Perspectivas*, ao mesmo tempo que esses textos documentam vestígios de seu tempo.

4.1 Crônica: possíveis classificações

Na bibliografia sobre a crônica brasileira, Melo (2003) aponta que quatro diferentes tentativas de classificação do gênero são tecidas por Luiz Beltrão, Afrânio Coutinho, Massaud Moisés e Antonio Candido. O primeiro autor utiliza o critério jornalístico; o segundo toma como base a tipologia literária; o terceiro procura uma correspondência com os gêneros literários e o último orienta-se pela estrutura da narrativa.

Quanto à natureza do tema, Beltrão indica três categorias: crônica geral, local e especializada. A crônica geral é aquela com espaço fixo no jornal e abordagem de assuntos variados. Já a crônica local, também conhecida como urbana, trata dos temas cotidianos da cidade. Para o autor, a crônica especializada é escrita por um cronista *expert* em determinado assunto e trata de um campo específico de atividade. Quanto ao tratamento dado ao tema, de acordo com o autor, a crônica pode ser analítica, ou dialética, quando os fatos são expostos e dissecados de modo breve e objetivo. Também pode ser sentimental, quando o autor apela à sensibilidade do leitor, marcada por fatos que comovem. Por fim, a crônica pode ser satírico-humorística quando possui feição caricatural e crítica, ironiza, ridiculariza fatos ou pessoas com a finalidade de advertir ou entreter o leitor.

Outra tentativa de classificação da crônica é traçada por Afrânio Coutinho, conforme Melo (2003, p.157-158), que aponta a possibilidade de classificar os diversos tipos de crônica na literatura brasileira pela natureza do assunto ou pelo movimento interno. Para o autor, a crônica narrativa aproxima-se do conto e tem uma história ou episódio como eixo – os textos de Fernando Sabino seriam um exemplo. Já a crônica metafísica é constituída de reflexões “mais ou menos” filosóficas sobre os acontecimentos ou os homens – como exemplo, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade. A crônica poema-em-prosa tem como característica um conteúdo lírico sobre o espetáculo da vida, das paisagens ou de episódios – Coutinho cita como autores desse subgênero Álvaro Moreyra, Rubem Braga, Manuel Bandeira e Lêdo Ivo. A crônica-comentário é considerada uma mistura de diversos temas, como um “bazar asiático”, na expressão de Eugênio Gomes - a exemplo de José de Alencar, Machado e outros cronistas. Por fim, a crônica-informação divulga fatos com breves comentários, por isso, aproxima-se do sentido etimológico. Essa classificação dos subgêneros, afirma Coutinho, “não implica o reconhecimento de uma separação estanque entre os vários tipos, os quais na realidade se encontram fundindo traços de uns e outros” (COUTINHO, 1967, p. 97).

Para Massaud Moisés, a crônica pode ser classificada entre crônica-poema e crônica-conto. A crônica-poema é uma prosa emotiva que concentra-se nas emoções do autor, como

por exemplo, Carlos Drummond de Andrade. Já na crônica-conto, um fato ou acontecimento é narrado pelo cronista em forma de conto.

Sobre a classificação de Antonio Candido (2003), José Marques de Melo (2003, p. 159) aponta que não tem a pretensão de criar categorias, mas destaca diferenças entre os modernos cronistas brasileiros. Segundo a descrição de Melo, Candido define a crônica-diálogo como um espaço onde o “cronista e seu interlocutor imaginário se revezam, intercambiando informações e pontos de vista”. Já a crônica narrativa “tem certa estrutura de ficção, marchando rumo ao conto”; a crônica exposição poética é marcada pela “divagação livre sobre um fato ou personagem; cadeia de associações” e a crônica biografia lírica “narra poeticamente a vida de alguém” (MELO, 2003, p. 159).

4.2 Autores em *O Jornal*

Ao publicar no maior órgão dos *Diários Associados*, Almerinda Gama obtém a oportunidade de ser reconhecida pelo seu trabalho com as letras. Para Tenório (2020), além da expressão das suas opiniões, o espaço poderia oferecer certa notoriedade no campo literário, visto que muitos escritores da época iniciaram na imprensa.

Pelas páginas de *O Jornal* passaram nomes que seriam consagrados na literatura brasileira. Nas primeiras décadas do século XX, entre os colaboradores do periódico, estão autores modernistas como Carlos Drummond de Andrade – convidado para contribuir com o diário pelo diretor da sucursal de Belo Horizonte, Milton Campos. Também escreve para a folha Oswald de Andrade, que anuncia em seu artigo inicial “passar em revista as últimas produções literárias da mocidade futurística da Paulicéia”, conforme Moraes (1994, p. 155).

Em 1927, Monteiro Lobato frequenta a redação e colabora regularmente com o periódico por mais de um ano. Na década de 1930, Rubem Braga passa a publicar suas crônicas em *O Jornal*, além de ser contratado por Assis Chateaubriand para trabalhar no *Diário da Noite*. Nesse período, Tarsila do Amaral tem crônicas publicadas no periódico: *O poeta dos jardins* é veiculada em 1936 e *Pontos de vista*, em 1937.

Marcadas pelo sarcasmo e pela mistura do português com o italiano, as crônicas de Alexandre Marcondes Machado também compõem o jornal, conforme Moraes. Carneiro (1999) ainda cita como colaboradores da folha os escritores Joel Silveira, Alceu Amoroso Lima, sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde, e Agripino Grieco. Mais tarde, na década de 1940, Nelson Rodrigues escreve seu primeiro folhetim para o periódico, *Meu destino é pecar*, sob o pseudônimo de Suzana Flag, conforme Warmling (2014).

Na seção de *O Jornal* dedicada às mulheres, Almerinda Gama divide espaço com as crônicas de Sylvia Serafim, a *Petite Source*, pseudônimo da diretora, e de autores que variam a cada edição do diário. Ao enveredar-se para o campo político, a atuação de Almerinda enquanto militante política e sindicalista ganha maior notoriedade, principalmente em pesquisas realizadas nos últimos anos.

5 BREVE REGISTRO DA TRAJETÓRIA DE ALMERINDA GAMA

Uma fotografia histórica registra o momento em que uma mulher negra deposita, sorrindo, seu voto na urna do Palácio Tiradentes, em 20 de julho de 1933 (Figura 6). A protagonista da imagem é Almerinda Farias Gama, jornalista nascida em Maceió, Alagoas, e uma das primeiras eleitoras do Brasil.

Figura 6 – Almerinda Gama vota em 1933 na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte.



Fonte: Agência Senado (2022)³.

É comum a veiculação da fotografia para ilustrar artigos e reportagens sobre a luta política e jurídica das mulheres brasileiras, mas são raras as ocasiões em que Almerinda é identificada nos textos. Enquanto o nome da bióloga e militante feminista Bertha Lutz é amplamente reconhecido pela atuação em defesa dos direitos das mulheres, as contribuições de Almerinda Gama ainda são colocadas em segundo plano quanto à visibilidade, como aponta Patrícia Tenório (2020). De acordo com a autora de dissertação que rememora a trajetória pessoal e política da jornalista, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB), nem mesmo a data de falecimento de Almerinda era conhecida até a publicação do seu trabalho de mestrado em 2020.

³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/para-criticos-do-voto-feminino-mulher-nao-tinha-intelecto-e-deveria-ficar-restrita-ao-lar>

Se a lembrança pública do movimento sufragista tem um rosto, este rosto é o de Bertha Lutz. Desbotadas, ao fundo, surgem as ‘Almerindas’, aquelas que também foram incansáveis na batalha, mas que por causa do racismo e do preconceito de classe foram excluídas da História (TENÓRIO, 2020, p. 31).

Conforme a autora, a eleição para deputados classistas de 1933, registrada pela fotografia, é uma das datas mais importantes para Almerinda desde sua chegada à capital federal da época. Em maio do mesmo ano, a jornalista também participou da eleição geral para formação da Assembleia Nacional Constituinte, primeiro processo eleitoral com presença feminina. Antes de vivenciar esses dois momentos emblemáticos, Almerinda percorria as primeiras décadas de uma longa jornada: seus passos iniciaram no nordeste do país, em sua cidade de origem, passaram pela região norte, no município de Belém, e chegaram ao Rio de Janeiro, local onde desenvolveu sua carreira e suas relações até falecer aos 99 anos.

Para apresentar parte da extensa trajetória de Almerinda Gama, utilizaremos como base a profunda investigação de Tenório (2020) sobre a vida da jornalista, resultado de cinco anos de dedicação à sua história e aos seus comportamentos, aspirações e contradições. A partir deste trabalho, também pretendemos contribuir para romper com o processo de apagamento histórico de Almerinda e registrar suas contribuições como escritora e cronista.

5.1 Memórias: infância e juventude

“Nós éramos criadas com muita liberdade”, recorda Almerinda sobre a sua infância em Maceió. Caçula entre dois irmãos, a jornalista nasceu em 16 de maio de 1899, na capital de Alagoas. Ao lembrar desse período, demonstra carinho, principalmente, pela figura de seu pai: “meu pai não batia, não repreendia, não puxava orelha. Tudo que ele queria era pela conversa” (GAMA, 1990). Segundo ela, com muito esforço, José Gama tornou-se proprietário de casas populares, pois acreditava que “o povo precisava morar em casinhas decentes”. A mãe, Eulalia Maria da Rocha, de acordo com seus depoimentos, era uma dona de casa modesta, mas contratava empregada para os afazeres domésticos. As lembranças da infância em Maceió foram inspiração de um poema escrito por Almerinda em 1942:

Recordando...

Palhoças de sapé
Crianças comendo
Coquinhos de Catolé
Ao peso de uma pedra, à custa de um martelo

Outros guris
 Quebram gostosos ouricuris
 Minha memória vai revivendo
 Cenas remotas, um quadro belo...
 Lagoa grande, mansa sombra
 Cercada de mangues e melancolia.
 E o coqueiral, palmas ao vento,
 Ergue-as ao alto, e contorce em lamento.
 Cajueiros e Coqueirais
 Que eu talvez não veja mais...
 Arrabaldes e subúrbios
 Sem arlias e sem distúrbios.
 Como é tão grande essa distância
 Que me separa da minha infância!
 E na memória também me passa
 A festa da Senhora da Graça:
 Cavalinhos e leilões
 Apitos de vários sons.
 É na cidade em Maceió,
 Onde festejam a senhora do Ó
 Natal... São João... um balão que cai
 Um presente de mamãe... um beijo de papai...
 (GAMA, 1942, p. 14)

Após o falecimento do seu pai, em 1907, Almerinda muda-se para Belém com sua avó. No nordeste do país, sua família era liderada por mulheres, especialmente pelas figuras da matriarca Mirandinha e de sua tia Emília Gama. De acordo com Tenório (2020), Emília formou-se em obstetrícia na Faculdade de Medicina na Bahia e teve posição de destaque na cidade.

Um ano após a mudança, Almerinda inicia os estudos no Grupo Escolar José Veríssimo, onde permanece até o sexto ano. Em seus depoimentos, a jornalista conta que sua tia a retirou da escola quando tinha onze anos, mas demonstra não saber o motivo da decisão. Em casa, ela aprendia prendas manuais, francês, teoria musical e dedicava-se à leitura e ao piano com o auxílio de um professor. Almerinda passa nove anos sem frequentar o ambiente escolar, conforme indica Tenório (2020), até chegar aos seus 20 anos, quando começa a estudar na Escola Prática do Comércio, responsável pela sua formação como datilógrafa. A experiência na escola rendeu à Almerinda seu primeiro emprego como secretária, no Instituto de Profilaxia e Doenças Venéreas da cidade.

Mais tarde, Almerinda casa-se com Benigno Gama, com quem teve seu primeiro filho, que faleceu pouco tempo depois. A jornalista também perdeu o marido, vítima de tuberculose em 1925. Aos 30 anos, decide partir para o Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades. Na cidade carioca, floresce sua carreira como militante feminista, sindicalista e jornalista.

5.2 Trajetória política de Almerinda: feminismo e sindicalismo

Nos primeiros meses no Rio de Janeiro, em 1929, uma pensão localizada na Rua do Rosário foi a moradia de Almerinda Gama. A partir da convivência com os homens e mulheres residentes do local, não demorou para que ela fosse reconhecida pelas suas convicções progressistas. Algumas colegas da pensão, que já haviam participado das reuniões da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), perceberam uma grande afinidade entre os ideais da jornalista e os objetivos da organização.

A partir de 1930, Almerinda passa a frequentar os encontros da fundação, que já contava com quase 10 anos de atividade. Conforme Rabelo (2022), a cronista aproxima-se da bióloga e fundadora da entidade, Bertha Lutz, e das mulheres que integravam o movimento feminista na capital federal. A autora também destaca o fato de que Almerinda foi a única mulher negra e integrante da classe trabalhadora a participar do processo central do movimento sufragista brasileiro⁴, que resultaria no direito ao voto feminino em 1932.

Por caminhos e motivações diferentes, tomam parte na luta pelo fim das desigualdades nas relações entre os sexos. A entidade que pauta esta discussão no espaço público é a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, comandada por Bertha, e que, a partir de 1930, contaria também com a colaboração de Almerinda. No escopo feminista do começo do século XX, estão as lutas por igualdade de tratamento jurídico para homens e mulheres, igualdade salarial e igualdade de oportunidades (TENÓRIO, 2020, p. 42).

Como associada da FBPF, a jornalista exerceu um papel equivalente ao de assessora de imprensa e de relações públicas. À Almerinda também foi atribuída a responsabilidade de abordar os deputados classistas representantes dos trabalhadores durante as articulações do grupo feminista para a Assembleia Nacional Constituinte, ocorrida em novembro de 1933. As integrantes da FBPF buscavam os deputados na tentativa de convencê-los a incluir em pauta os direitos das mulheres.

⁴ Karawejczyk (2014, p. 331) considera que o movimento sufragista brasileiro pode ser dividido em duas fases: a primeira é marcada por reivindicações iniciais de mulheres em busca de participação política, ocorridas ao longo do século XIX, e pelos debates levantados durante sessões da Constituinte de 1890-1891. Esse período também contempla o aparecimento da primeira associação feminina a se dedicar à luta pelo sufrágio feminino, o Partido Republicano Feminino (PRF), fundado em 1910 por Leolinda Daltro, e o surgimento da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), criada por Bertha Lutz em 1919. A segunda fase, conforme a autora, tem início na transformação da LEIM na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em agosto de 1922, e envolve a vinculação da Federação ao movimento internacional, além de novas tentativas e propostas de emendas constitucionais para inserir as mulheres no pleito eleitoral. Conforme a autora, o movimento sufragista brasileiro encerra dez anos depois, quando o voto feminino é conquistado, em 1932.

Em pouco tempo, a jornalista passou a protagonizar as atividades da entidade e a representar publicamente a FBPF. Em 1933, o *Diário de Notícias* apresenta Bertha Lutz, Almerinda Gama e Maria Sabina de Albuquerque como líderes do movimento em notícia sobre a Convenção Nacional de Eleitoras, ocorrida em abril. “Na ocasião dessa convenção, Almerinda defendeu que onde não houvesse probabilidade para a vitória de uma mulher, as eleitoras brasileiras deveriam apoiar a candidatura de homens alinhados com a causa feminista”, (TENÓRIO, 2020, p. 77).

Em maio daquele ano, Almerinda Gama é uma das integrantes de organizações feministas – FBPF, Aliança Nacional de Mulheres e Liga Eleitoral Católica, por exemplo – a participar das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, ao lado de líderes como Bertha Lutz e Carlota Pereira, primeira mulher brasileira eleita como deputada federal no país. De acordo com Dultra (2018) a eleição de Carlota, o contato persistente do movimento feminista com deputados nos bastidores e a nova Constituição foram essenciais para as campanhas eleitorais realizadas por mulheres em 1934, que tiveram como consequência a ampliação da presença feminina na política.

As conquistas de diversas sugestões incorporadas no texto da Constituição de 1934 foram comemoradas além do direito constitucional de votar e ser votada, por exemplo: novos direitos para as trabalhadoras, com proibição de remuneração distinta para igual trabalho, exclusão nas atividades insalubres (ainda que para muitos para preservar sua capacidade reprodutiva, em um viés eugenista), alcançadas também pela fixação da jornada e do salário mínimo, porque a Carta vedava as discriminações em razão do sexo e ainda, assistência à gestante (DULTRA, 2018, p. 213).

Dois meses depois da primeira eleição com presença de mulheres no Brasil, Almerinda é a única representante feminina a participar como delegada-eleitora na eleição para os deputados classistas que integrariam a Assembleia Nacional Constituinte. Poderiam participar do processo eleitoral e indicar delegados-eleitores apenas sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até o dia 15 de julho. Dessa forma, em conjunto com Bertha Lutz, foi traçada a estratégia de criação de um sindicato vinculado à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, “que colocaria uma de suas associadas no plenário do Palácio Tiradentes” (TENÓRIO, 2020, p. 43). A associada era Almerinda Gama, escolhida como presidenta do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal. Originalmente, a entidade era voltada às datilógrafas, taquígrafas e secretárias, mas o projeto foi alterado pelo Ministério do Trabalho.

Durante o processo eleitoral, Almerinda Gama lança sua candidatura para uma das vagas de deputados classistas, entre 282 concorrentes. De acordo com Tenório (2020), o

programa do sindicato defendia a “equiparação de direitos dos dois sexos, sem quaisquer restrições, a obrigação do governo de prestar assistência à infância, à velhice e à invalidez e a instrução gratuita em todos os níveis”. Sem aliados, a jornalista falou sobre sua candidatura ao jornal *A Noite*: “Fiz-me candidata a deputada avulsamente, por mim mesma, sem me aliar a ninguém, embora com a certeza da derrota. Uma simples experiência”.

No momento da votação, o nome de Almerinda quebra a sequência de convocações masculinas. O momento em que a jornalista deposita sua cédula na câmara de votação causa “burburinho”, como aponta Tenório (2020), enquanto os fotógrafos correm para registrar a cena. De última hora, Almerinda é chamada por outros candidatos para ingressar como suplente na chapa ligada à entidade Federação do Trabalho. Sobre o convite, Almerinda comentou: “Disseram: ‘Não, vamos botar gente nossa, gente que trabalha’. Fizeram e então me botaram” (GAMA apud TENÓRIO, 1984). No primeiro turno, a jornalista teve 43 votos e, no segundo, 53. O vencedor foi o grupo da União Cívica Nacional, com 17 eleitos e cinco suplentes.

Entre suas diversas movimentações, Almerinda Gama também atuou como uma das diretoras da Sociedade União Infantil do Rio de Janeiro, relacionada à proteção da infância e da maternidade. Em 1932, discursou sobre a figura da mulher como um elemento distante do que habitava os imaginários de escritores, pintores e poetas.

Após os desdobramentos das mobilizações da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino e a conquista do voto feminino, Almerinda passa a se dedicar a outras pautas, principalmente ligadas às reivindicações de melhores condições de trabalho. Ao final de 1934, a jornalista se afasta da FBPF devido, entre outras razões, à perda do caráter combativo da entidade, motivo apontado por ela. Um ano antes, é fundada a Ala Moça do Brasil, associação presidida por Almerinda e composta por uma diretoria de homens e mulheres. De acordo com o jornal *A Batalha*, a associação defendia “em seu programa a obrigatoriedade do ensino primário, técnico e profissional, a liberdade de pensamento, legislação do divórcio, laicidade do Estado e garantia de assistência médica e hospitalar e o amparo legal do trabalhador de todas as classes”.

Em agosto de 1934, Almerinda funda o Partido Socialista Proletário do Brasil (PSP) ao lado dos deputados classistas Vasco de Toledo, João Vitaca, Wladimir Reikdal. A jornalista é a única mulher integrante da diretoria. Entre as propostas do partido, estava o sufrágio universal para maiores de 18 anos, extensivo aos analfabetos, a adoção do regime de plebiscito para a solução de conflitos de interesse da população e a gratuidade e laicidade do ensino em todos os graus. Para Tenório (2020, p. 82), “observa-se no programa ideias que parecem ter sido propostas por Almerinda. Propostas para as quais não havia espaço na FBPF. Constam no

programa do partido: o divórcio, a extensão do voto a analfabetos, a importância do ensino gratuito a todas as classes e, claro, a defesa do proletariado”.

No mesmo ano, durante as eleições gerais para cargos eletivos na Câmara Federal, no Senado e nas Assembleias Estaduais, Almerinda Gama, aos 35 anos, lança sua candidatura para uma das vagas de deputado federal. Ainda que fosse afiliada do PSP, Tenório (2020) afirma que a candidatura de Almerinda foi realizada pela legenda Congresso Master, um “consórcio profissional cooperativo dos profissionais liberais”. Em publicação no *Jornal do Brasil* de setembro de 1934, ela comenta o caso: “A confiança de meus pares escolheu-me para a chapa que esse Congresso apresentará para as cadeiras de Deputado Federal no próximo pleito de 14 de outubro”. No processo eleitoral, Almerinda busca ser vista como uma representante da intelectualidade feminina e uma candidata consciente das necessidades da classe trabalhadora, como consta no verso do panfleto de sua candidatura: “lutando pela independência econômica na mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus, Almerinda Farias Gama se recomenda pelo seu passado e pelo seu presente aos que lhe vão sufragar o nome” (TENÓRIO, 2020, p. 58).

Ao final da apuração, em fevereiro de 1935, Almerinda contabiliza 23 votos no primeiro turno e 534 votos no segundo. A jornalista integrou o grupo de mulheres que concorreu a um cargo no Congresso, formado, entre outras, por Bertha Lutz e Natércia da Cunha Silveira. Bertha registrou número expressivo de votos, 39.008 no total, e Natércia, 22.559 votos. No entanto, os números não foram suficientes para conquistar a eleição. No mesmo ano, em Santa Catarina, a professora Antonieta de Barros é eleita a primeira deputada estadual e se torna a primeira mulher negra a ocupar um cargo eletivo no país.

Após o fim do processo eleitoral de 1934 e, mais tarde, com o surgimento do Estado Novo, Almerinda se afasta do movimento político-partidário. Durante aquele período, lutou como feminista e integrante da classe trabalhadora para ocupar os espaços do poder público. Encerrada essa etapa, era necessário continuar trabalhando para sua manutenção na cidade: nessa jornada, a máquina de escrever foi sua companheira.

5.3 Almerinda Gama na imprensa

As opiniões feministas e os textos de Sylvia Serafim nos jornais eram apreciados por Almerinda Gama. Devido à admiração cultivada pela autora carioca, quando toma conhecimento do envolvimento de Sylvia com a morte de Roberto Rodrigues, Almerinda resolve fazer-lhe uma visita. “Eu sabendo que ela estava presa lá, por questão de solidariedade,

resolvi fazer-lhe uma visita. Visitei Silvia, gostei dela, ela tinha um trato muito fino”, recorda. (GAMA apud TENÓRIO, 1984, p. 51). O episódio tem como resultado uma nova fase na relação entre a cronista e a imprensa.

Enquanto esteve presa no hospital em que permaneceu até o julgamento, Sylvia continua a colaborar para jornais dos *Diários Associados* e para a revista *Fon Fon*. Da mesma forma, a página dirigida por ela no periódico *O Jornal, Para a mulher do lar*, segue com as suas publicações. Durante as visitas na casa de saúde, a afinidade entre as duas jornalistas foi rápida e mútua: Sylvia, como diretora da seção, reservou um espaço para que Almerinda apresentasse sua visão sobre os acontecimentos da semana em uma coluna exclusiva, chamada de *Perspectivas*. Assim, em 4 de julho de 1930, Almerinda Gama estreia sua colaboração com crônicas publicadas no principal periódico dos *Diários Associados* à época.

Conforme Tenório (2020), trabalhar na imprensa não era apenas um passatempo para Almerinda. Nos jornais, ela via uma possibilidade de renda para além dos seus trabalhos habituais como datilógrafa: “Foi assim que eu comecei na imprensa sempre a lutar pela emancipação da mulher e, pelo lado prático, fazendo questão sempre que me pagassem o valor do meu trabalho” (GAMA apud TENÓRIO, 1991). Antes de iniciar sua colaboração com *O Jornal*, Almerinda já escrevia para jornais cariocas, mas de forma menos recorrente, tendo publicado apenas alguns poemas e artigos. No Pará, aos 19 anos, escreveu crônicas e poesias para jornais como a *Província do Pará, Estado do Pará, Folha do Norte, Correio do Pará, Belém Nova*, entre outros periódicos. Nessa época, um conto sobre o Natal, escrito por ela, foi o vencedor de um prêmio literário.

A partir de sua amizade com Sylvia, Almerinda ganha espaço em um jornal de grande circulação, com liberdade para expor suas convicções. Sua presença na imprensa, porém, não se limitava ao espaço no *O Jornal*: em 1930, ela participa de um debate proposto pelo *Diário da Noite* sobre a elegibilidade da mulher à Academia Brasileira de Letras (ABL). Ao ler a opinião do escritor maranhense Humberto Campos, que tratava as mulheres como inferiores intelectualmente em artigo, Almerinda escreve uma carta aberta, enfática e enfurecida, publicada em março de 1930 pelo periódico:

(...) Esperava uma opinião favorável eu, quando menos, uma justificação eruditamente fundamentada, para apoiar o seu voto contrário ao ingresso da mulher no concurso das letras. Tal não se efetivou. Sem apertar a cravelha, o ilustre imortal fez vibrar a corda da “tradição”. Defender a tradição no Brasil é querer lutar contra as potências da natureza brasileira, que é “originalmente” evolucionista e revolucionária. Nascemos ontem sob o pavilhão português, e não quisemos ser fiéis a coroa. Antes de sermos independentes, já Tiradentes se sacrificava pela República, e a coroa imperial

não demorou a ser substituída pelo capacete frígio (DIÁRIO DA NOITE, 07 de março de 1930, p. 2).

No mesmo ano, a trajetória de Almerinda é marcada pela aproximação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, onde desempenha a função de assessora de imprensa, como mencionado anteriormente. “Seu trabalho era tanto o de dar visibilidade às ações e atividades da entidade como também cuidar do secretariado: fazer o registro das reuniões em atas, tomar notas, ajudar na organização de congressos”, conforme aponta Tenório (2020). De acordo com depoimentos da jornalista, a líder Bertha Lutz designou tais tarefas pela sua facilidade com as letras e as notícias: “Eu sou a presidente, outra é vice-presidente, secretária, tesoureira e você, como é muito diligente, fica na comissão de imprensa. Então eu vou querer que você faça contato com os jornais com muita facilidade, você é muito querida e as notícias lhe são fáceis”, (GAMA apud TENÓRIO, 1984, p. 49). Além de redigir e enviar notícias sobre as atividades e as ações da entidade para os jornais, Almerinda dava entrevistas em nome da federação e atuava como locutora de rádio em programas curtos da FBPF na Radio Sociedade.

O talento para escrita e a facilidade de comunicação de Almerinda abriram portas para que ela ampliasse seus contatos e ocupasse novos espaços na imprensa. Exemplo disso, segundo seus depoimentos, era sua relação com jornalistas da cidade: ela “podia sempre contar com uma mesa emprestada de algum amigo jornalista nas redações do *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite* e o *Globo*, os periódicos onde ia com mais frequência” (TENÓRIO, 2020, p 135). Em entrevista concedida em 1984, Almerinda fala sobre sua convivência com os colegas da imprensa:

Ah, foi a melhor possível, porque cada vez se estreitaram mais as relações de amizade entre eu e os jornalistas da época. Eu chegava às vezes numa redação de jornal à meia noite ou mais de meia noite, a redação fechada, como se diz, o jornal fechado – chama-se fechar o jornal quando não recebe mais notícia, está tudo na oficina. Eu chegava: “Não, pega, joga fora. Bota essa nossa porque tem mais urgência, para publicar uma convocação”. De maneira que, por amizade, eles atendiam (GAMA apud TENÓRIO, 1984, p. 31-32)

As opiniões de Almerinda sobre temas em pauta pela sociedade da época eram expressas nos veículos da cidade. Enquanto a FBPF mantinha-se isenta acerca de temas polêmicos como o divórcio, a jornalista defendia a separação através do requerimento de qualquer dos cônjuges. Em 1932, publicou o artigo *Divórcio: um bem ou um mal?* no *Diário da Noite*.

Há em nossa legislação civil que vae ser revista e talvez modificada, institutos inoperantes e muitos deles simplesmente humilhantes para a mulher. Infeliz o casal e impossível a vida em comum dos cônjuges cujo marido tivesse que invocar a todo o

momento a autoridade legal do poder marital quer para exercer o domínio sobre o Código que lhe assegura sobre a mulher, quer para a administração dos bens do casal. Não são as leis que fazem os costumes, e sim estes que fazem aquelas. Querer impor hábitos ou corrigir costumes por meio de leis ou decretos é fossiliza-los ou provocar desobediência (DIÁRIO DA NOITE, 30 de novembro de 1932, p. 2).

Além de crônicas e artigos, Almerinda marca presença nos periódicos com poesias e realiza traduções para revistas. Tenório (2020) aponta que a cronista torna-se amiga do responsável por fundar a *Revista do Trabalho*, em 1933, Gilberto Flores. Para o veículo focado na legislação trabalhista no país, Almerinda traduz do francês para o português resoluções e recomendações do *Bureau Internacional do Trabalho*, da Organização Internacional do Trabalho, com sede em Genebra.

Até a década de 1950, quando o jornalismo tornou-se sua ocupação principal, Almerinda Gama conciliava suas tarefas na imprensa com as outras atividades que desempenhava para obtenção de renda e sobrevivência na capital federal. A partir da sua experiência de trabalho como assessora de imprensa na FBPF, conhece o secretário do periódico *O Dia*. Esse contato facilita um emprego efetivo naquele periódico, quando a jornalista estava próxima dos seus 50 anos.

Entre as diversas profissões que Almerinda exerceu – datilógrafa, secretária, tradutora, etc. – uma, em especial, marcou sua trajetória. Sempre que questionada sobre sua profissão, ela prontamente respondia que era jornalista, como aponta Tenório (2020). Atuante no sindicalismo ao longo da vida, Almerinda também marcou presença nas entidades representativas dos jornalistas: integrou o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do município do Rio de Janeiro e a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj).

6 PERSPECTIVAS: ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS CRÔNICAS DE ALMERINDA GAMA

Para registrar a trajetória e as contribuições de Almerinda Gama no campo da comunicação através de suas crônicas publicadas em *O Jornal*, a abordagem metodológica deste trabalho tem como base a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). O método apresenta grande utilidade para a pesquisa jornalística e mostra eficiência na identificação de elementos de uma época devido à sua “capacidade de gerar inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado”, como aponta Herscovitz, ao apropriar a análise de conteúdo para o campo jornalístico (HERSCOVITZ, 2007, p. 123).

Marcada pelo hibridismo entre os aspectos qualitativo e quantitativo, a metodologia, conforme Fonseca Júnior (2005, p. 280), tem grande capacidade de adaptação aos desafios emergentes da comunicação e de outros campos do conhecimento. A combinação entre as duas perspectivas são importantes, conforme Herscovitz (2007, p. 136), para que se compreenda não somente o significado explícito de um texto, mas também o implícito, como o contexto onde ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual é dirigido. Dessa forma, a escolha da análise de conteúdo para identificar as principais temáticas, características e relações das crônicas de Almerinda com o contexto histórico-social de sua época justifica-se pelas possibilidades que a metodologia oferece.

A análise de conteúdo é organizada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na fase inicial, realizamos o planejamento do trabalho e a sistematização das ideias. Nesse momento, desenvolvemos o “tratamento descritivo” – escolha dos objetos submetidos à observação –, além da formulação dos objetivos e da elaboração de indicadores nos textos analisados. Conforme Bardin (2011), ainda na pré-análise, é necessária a realização da “leitura flutuante”, um primeiro contato, de forma aberta, com os documentos. Após essa etapa, a próxima atividade é a constituição do *corpus* da pesquisa: a definição do conjunto de textos a serem analisados.

Para a constituição do *corpus*, cinco regras principais são indicadas pela autora. A regra da exaustividade determina que todos os documentos devem ser considerados, sem deixar de fora qualquer material, por dificuldade de acesso ou falta de interesse, por exemplo, que não possa ser justificável no plano a rigor. A regra da representatividade afirma que a análise pode ser efetuada a partir de uma amostra, desde que formada por uma parte representativa do universo inicial e que o material a isso se preste. A regra da homogeneidade defende que os documentos devem ser homogêneos e obedecer a critérios precisos de escolha. Por fim, a regra

da pertinência determina que os documentos devem ser adequados enquanto fonte de informação, de modo a corresponder aos objetivos da análise (BARDIN, 2011, p. 126-128).

Neste trabalho, o *corpus* é formado por todas as crônicas de Almerinda Gama publicadas em *O Jornal* durante a circulação da coluna *Perspectivas* no periódico, que resultam em 27 textos de autoria da jornalista. O tempo de publicação das crônicas contempla o período entre maio de 1930 e dezembro de 1931, até o desaparecimento da coluna. Os textos são homogêneos e pertinentes para a realização da pesquisa, adequando-se, portanto, às regras recomendadas pela autora.

Após os processos necessários à pré-análise, partimos para a fase de exploração do material – a análise propriamente dita –, momento que envolve operações de codificação. Em seguida, iniciamos o tratamento dos resultados e a interpretação, fase na qual os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Nessa etapa, a partir dos resultados, podem ser estabelecidos diagramas, figuras, modelos, assim como inferências sobre o objeto analisado (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 290).

6.1 Pré-análise: pesquisa e imersão em *O Jornal*

Considerada por Bardin (2011) uma das fases mais importantes da análise de conteúdo, a pré-análise é fundamental para a organização do trabalho e serve de alicerce para os processos seguintes da metodologia. Iniciamos essa etapa pelas pesquisas bibliográficas acerca da vida e dos trabalhos de Almerinda Gama. Durante os estudos, encontramos uma publicação densa e aprofundada sobre a trajetória da jornalista: a tese de mestrado *A vida na ponta dos dedos: A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) – feminismo, sindicalismo e identidade política*, defendida por Patrícia Cibele Tenório (2020), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). A publicação foi utilizada como base para a realização de um breve registro, neste trabalho, das vivências e contribuições de Almerinda no campo político e na imprensa. Além disso, colaborou para nossa aproximação do objeto de pesquisa, na medida em que apresenta detalhes sobre a vida de Almerinda e entrevistas que permitem conhecê-la em seus diversos olhares e atuações.

Durante as consultas sobre a jornalista, nos deparamos também com o documentário *Almerinda, uma mulher de trinta*⁵, dirigido por Joel Zito Araújo e Angela Freitas em 1991. O filme, realizado com apoio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências

⁵ Disponível em: <https://mostrajozitoaraujo.com.br/filmes/almerinda-uma-mulher-de-trinta/>

Sociais (ANPOCS), apresenta uma entrevista com Almerinda e conta sua história de vida. Outro trabalho sobre a trajetória da jornalista de grande contribuição foi o artigo publicado em 26 de fevereiro de 2021 na série *Feministas, graças a Deus!*, de autoria de Andrea C.T. Wanderley, pesquisadora e editora do portal Brasileira Fotográfica da Biblioteca Nacional.

Após as pesquisas sobre a vida de Almerinda, partimos para a investigação das crônicas. Em um primeiro momento, realizamos a leitura flutuante, de forma geral, das edições de *O Jornal* publicadas entre as décadas de 1920 e 1940, passando pelas diferentes editorias e observando as transformações do periódico. As publicações foram consultadas de forma virtual, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Depois, seguimos para a leitura flutuante das crônicas de Almerinda Gama publicadas na coluna *Perspectivas*, assim como outros textos presentes na página *Para a mulher no lar*.

O processo de garimpagem das crônicas de Almerinda se deu a partir da análise de cada edição de domingo entre a data de estreia da jornalista no periódico, em 04 de maio de 1930, até o último texto publicado, resultando em 27 textos, conforme demonstramos na tabela 1. É importante destacar que as crônicas não carregam títulos, por isso, os textos iniciam logo abaixo do nome da coluna *Perspectivas*. Durante as leituras e a pesquisa, constatou-se que as publicações de Almerinda cessam no dia 06 de dezembro de 1931, data da última crônica publicada. Após essa etapa, catalogamos todas as crônicas encontradas e identificamos suas datas de publicação, tipologia das crônicas e temas abordados.

Tabela 1 – Crônicas de Almerinda Gama mapeadas em *O Jornal*, 27 textos totais.

Número	Data de publicação	Edição de <i>O Jornal</i>	Página
1	04 mai. 1930	3518	p. 10
2	11 mai. 1930	3524	p. 07
3	25 mai. 1930	3536	p. 07
4	8 jun. 1930	3548	p. 07
5	13 jul. 1930	3578	p. 09
6	20 jul. 1930	3584	p. 07
7	3 ago. 1930	3590	p. 08
8	10 ago. 1930	3602	p. 07
9	17 ago. 1930	3608	p.07
10	24 ago. 1930	3614	p. 08
11	31 ago. 1930	3620	p. 07

12	7 set. 1930	3626	p. 07
13	14 set. 1930	3632	p. 07
14	21 set. 1930	3637	p. 07
15	12 out. 1930	3655	p. 07
16	19 out. 1930	3661	p. 08
17	2 nov. 1930	3673	p. 07
18	16 nov. 1930	3685	p. 09
19	14 fev. 1931	3763	p. 03
20	1 mar. 1931	3781	p. 03
21	22 mar. 1931	3793	p. 05
22	26 abr. 1931	3823	p. 03
23	3 mai. 1931	3829	p. 03
24	10 mai. 1931	3835	p. 03
25	27 set. 1931	3955	p. 04
26	25 out. 1931	3979	p. 04
27	6 dez. 1931	4015	p. 03

Fonte: a autora.

6.2 Constituição do *corpus*

Feita a catalogação de todas as crônicas publicadas no período de veiculação da coluna *Perspectivas*, foram investigadas as temáticas de cada um dos 27 textos. O processo de leitura exaustiva das crônicas permitiu identificar 11 temas predominantes no total.

Em um espaço fixo no jornal, a autora expressa sua opinião sobre assuntos variados e trata de temas cotidianos da cidade. Os textos, no entanto, não se limitam aos acontecimentos do Rio de Janeiro, mas comentam sobre o cenário político, o comportamento e até o contexto econômico brasileiro no âmbito nacional. Em duas crônicas, a autora levanta casos ocorridos no Pará, onde morou.

As questões relacionadas às mulheres permeiam a maioria das publicações, mesmo que o assunto não seja a temática principal de algumas crônicas. Durante a classificação dos temas, diferenciamos as categorias de política (5 textos) e direitos das mulheres (5 textos) – as mais recorrentes, de modo que a primeira aborda a conjuntura política de forma geral, enquanto a segunda trata de assuntos específicos à causa feminina na época. Em segundo lugar, a

maternidade é a temática que mais aparece na coluna de Almerinda, com quatro crônicas publicadas. Logo depois, a educação brasileira é assunto em três textos da coluna. A violência contra a mulher também permeia diferentes textos de forma secundária, mas é tema central em duas crônicas da autora. O divórcio é abordado por ela em duas crônicas, assim como o tema da ética. Com um texto cada, aparecem os assuntos: imprensa, eugenismo, alcoolismo e pena de morte.

Tabela 2 – Temáticas preponderantes e número de crônicas de Almerinda Gama.

Temática	Número de crônicas
Direitos das mulheres	5
Política	5
Maternidade	4
Educação	3
Violência contra a mulher	2
Divórcio	2
Ética	2
Imprensa	1
Eugenismo	1
Alcoolismo	1
Pena de morte	1

Fonte: a autora.

Para aprofundar nossa interpretação sobre os textos coletados, estabelecemos uma nova categoria – mulheres, que contempla três temáticas previamente encontradas: 1) direitos, 2) maternidade e 3) violência. Assim, após a catalogação dos 27 textos totais, separamos as 11 crônicas que tem como foco assuntos relacionados às mulheres para uma análise qualitativa.

6.3 Os direitos das mulheres em *Perspectivas*

Nas cinco crônicas que envolvem os direitos das mulheres, Almerinda tece comentários e registra suas impressões sobre temas como o voto feminino, a liberdade, a educação e a

discriminação de gênero. O sufrágio é abordado em dois textos, publicados em agosto e setembro de 1930.

Já noticiaram os jornaes que a sra. Maria de Lourdes Lamartine Varella, candidata da Associação de Eleitoras ao Congresso Estadual do Rio Grande do Norte declarou não pleitear a cadeira da Camara pelo facto de ser parenta do presidente Juvenal Lamartine. Deixarão, por isso, as suas eleitoras de suffragar-lhe o nome? Não o sabemos.

O seu gesto tem, desde já, a nosso ver, uma alta significação. É a abnegação pela causa que abraçou, a visão do entrave que poria ao feminismo com sua conquista pessoal. Ser a primeira mulher deputada no Brasil, auferir os pingues subsidios do cargo, ligar o seu nome á Historia, nada conseguiu delumbral-a, e assim, abre mão de interesses financeiros e de glorias para que os descontentes não diminuam com a critica envenenada o valor e a victoria do grande pioneiro de sua cruzada.

Fique assim registrado, por ora, o primeiro exemplo feminino no campo politico, onde não é raro o homem sacrificar os seus ideais quando entra em jogo o interesse pessoal (GAMA, 03 de agosto de 1930).

Na crônica analisada, Almerinda escreve aos leitores sobre a candidatura de Maria de Lourdes Lamartine Varella à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, um feito que seria de grande importância para o movimento feminista nacional. Indicada para deputada estadual pela Associação das Eleitoras, entidade fundada por Bertha Lutz em 1928, Maria de Lourdes era filha de Juvenal Lamartine de Faria, presidente do Estado do Rio Grande do Norte na época (1928-1930). A Figura 7 demonstra uma notícia sobre o caso na capa de *A Batalha* (RJ), de 16 de julho de 1930.

Figura 7 – Notícia sobre o parentesco de Maria de Lourdes Lamartine com o governante do RN na capa de *A Batalha* (RJ), 1930.

O presidente do Rio Grande do Norte, com os pruridos feministas, está preparando as armas para se ferir. — Um caso typico de intervenção federal, nos termos expressos e claros da Constituição da Republica

Muita gente recebeu com o sorriso com que se encaram as coisas humilisticas a noticia de que foi incluída uma senhora na chapa official de candidatas á Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte. A verdade, porém, é que esse facto, inédito em nossa vida politica, tem uma importancia e uma gravidade bem maiores do que se póde, á primeira vista, imaginar.

A novidade aqui chegou annunciando que a candidata era uma senhora, d. Maria de Lourdes Varella. No dia seguinte, um telegramma do Natal communicava que ella era parenta do governador do Estado, e o seu nome por inteiro era d. Maria de Lourdes Lamartine Varella. Sabe-se, agora, finalmente, que a futura deputada potyguar é mais do que parenta — é filha do governador, sr. Juvenal Lamartine.



Sr. Juvenal Lamartine

No caso ha, portanto, uma dupla incompatibilidade de ordem legal

national e o respeito aos seguintes principios constitucionales:
 "G — a capacidade para ser eleitor ou elegivel, nos termos da Constituição."
 A Constituição da Republica permite, porventura, que a mulher possa votar ou ser votada? Não. Até hoje, nenhuma representante de bello sexo exerceu qualquer desses dois direitos politicos, nem nas eleições federaes, nem nas dos Estados, excepto apenas o Rio Grande do Norte. Se assim tem acontecido, é porque assim o espirito do nosso pacto de fevereiro de 1891. Note-se que algumas eleitoras norte-riograndenses lá votaram numa eleição federal e os seus votos foram annullados no Senado. Mais ainda: em todos os reizes onde a mulher conquistou os direitos politicos, estes lhe foram concedidos por lei especial.
 Ve-se, pois, que o sr. Lamartine, com o seu fervor pelas ideas feministas, está preparando as armas com que, de uma hora para outra, póde ser ferido. Basta que tenha qualquer divergencia com o Cálculo para que seja derrubada a sua agredinha, e sembra do preceito constitucional acima transcrito, referente á capacidade para ser eleitor ou elegivel.

A SITUAÇÃO POLITICA

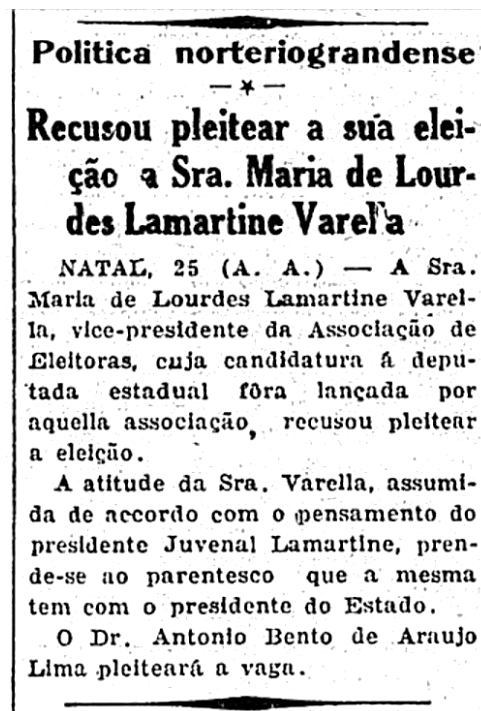
no, com o Banco do Brasil, que urado no Thesouro do Piauhy
 avra esclarecedora do sr. Chrysiippo Aguiar

O "Estado do Piauhy" deu, então, o alarma, reclamando uma explicação ao ex-secretario da Fazenda, sr. Chrysiippo Aguiar, que, segundo se affirma, entendeu-se com o governo do Estado, exigindo fossem prestados esclarecimentos sobre o caso.
 O jornal official, depois da attitudão assumida pelo sr. Aguiar, deu

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1930).

Como característica típica dos textos em *Perspectivas*, a autora expressa suas opiniões sobre o assunto noticiado nos jornais. Um mês antes da publicação da crônica de Almerinda, a matéria na capa de *A Batalha* define a candidatura de Maria de Lourdes como uma “dupla incompatibilidade de ordem legal e moral, sem falar na incompatibilidade da saia”. Ainda, o texto afirma que um presidente de Estado jamais poderia impor “um filho e muito menos uma filha para qualquer cargo electivo” (A BATALHA, 1930, p. 1). Diante das críticas pelo grau de parentesco, a feminista resolve se abster do pleito. Almerinda comenta na crônica que os jornais noticiaram a desistência da candidata – trazemos como exemplo *O Paiz* (Figura 8):

Figura 8 – Notícia sobre a candidatura de Maria de Lourdes Lamartine em *O Paiz* (RJ), 1930.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1930).

Mais do que o grau de parentesco, parecia ser o fato da presença de uma mulher na política o motivo maior do incômodo dos opositores, como alerta Almerinda em sua crônica ao apontar uma “critica envenenada”. Em seu texto, a cronista expressa admiração pela atitude altruísta “de alta significação” e atribui grande valor ético à candidata, que abriu mão da candidatura e do possível prestígio que teria caso persistisse no pleito. Para ela, Maria de Lourdes identificou “o entrave que poria o feminismo”: sua conquista pessoal poderia prejudicar o movimento frente ao dilema causado pelo parentesco com o governante. Tamanha é a consideração pelo ato de Maria de Lourdes, que Almerinda a considera em seu texto como

o primeiro exemplo feminino na política brasileira. Em fotografia do Arquivo Nacional de 1928, demonstrada na Figura 9, a ex-candidata aparece junto às primeiras eleitoras do Rio Grande do Norte: Concita Câmara, Júlia Medeiros, Júlia Barbosa e Carolina Wanderley.

Figura 9 – Primeiras eleitoras do Rio Grande do Norte. Da esquerda para a direita, de pé, Maria de Lourdes Lamartine (4ª).



Fonte: Arquivo Nacional (1928).

A cronista também faz uma comparação entre a conduta da mulher pioneira na política e os homens que já ocupam esse espaço. De acordo com a autora, são recorrentes os casos em que os políticos priorizam os interesses pessoais. Essa não é a primeira vez que o comportamento ético é abordado nos textos de Almerinda. O assunto aparece em duas diferentes crônicas da autora como temática preponderante.

Em outra publicação, de setembro de 1930, o voto feminino e os direitos das mulheres são abordados novamente por Almerinda, quando comenta a vinda de “Jane” Aubert para a América. Pelo contexto, inferimos que a autora refere-se à cantora e atriz francesa Jeanne Aubert.

Jane Aubert transportando-se para a America, na ansia de liberdade, para a sua arte manietada na França pela autoridade marital, virá talvez perder mais uma ilusão [...]. O marido de Jane não quer que ella pise o palco. Ella que obedeça dirão todos ou quasi todos os maridos. Omittimos no caso a nossa opinião. Imaginemos, no entanto, que uma jovem esposa pedisse a seu marido que abandonasse a sua carreira artística ou scientifica, por ciumes ou por excesso de zelos [...] - todos clamariamos contra a estreiteza intellectual dessa mulher, que melhor teria feito se houvera consorciado com um pacato burguez. America, eterno sonho do europeu que luta á conquista do outro ou da liberdade! [...].

A Conferencia Penal e Penitenciaria, reunida oficialmente sob a presidencia de s. ex. o sr. ministro da Justiça, reconheceu na mulher o direito de ser jurada, mas esta não tem perante o Governo Central o direito do voto. A mulher casada é ouvida sempre que o marido queira alienar ou onerar qualquer bem immovel, ou mesmo prestar qualquer fiança, mas a mulher precisa de autorização expressa do marido para commerciar, enquanto elle tem liberdade de comprometer sem consentimento della, o patrimonio do casal, dos filhos, nesse mesmo commercio, sem que o direito de posse e dominio de sua meação seja respeitado.

Mas Jane Aubert não veio para o Brasil, foi para a America do Norte. Lá, talvez, todos sejam ‘iguaes perante a lei’... (GAMA, 14 de setembro de 1930)

A atriz mencionada participa, na década de 1930, de espetáculos da Broadway nos Estados Unidos. Almerinda utiliza do exemplo enfrentado por uma artista internacional para demonstrar o quanto a profissão, os interesses e os direitos das mulheres são subjugados à época. Para exemplificar a diferença no tratamento entre o feminino e o masculino, a autora inverte os gêneros e questiona: se uma mulher exigisse ao marido que abandonasse sua profissão, como seria julgada? Uma “estreiteza intelectual” é apontada por ela para definir esses comportamentos.

Em um segundo momento, o enfoque é voltado ao Brasil, já que a América foi o destino escolhido por Jeanne. Aqui, a autora faz um paralelo com o ideal de liberdade, geralmente associado aos países americanos. No entanto, Almerinda chama a atenção para o fato de que, apesar de consideradas aptas para serem juradas, as mulheres brasileiras não possuem a liberdade para escolher os próprios representantes. A Conferência Penal e Penitenciaria que reconheceu o direito das mulheres participarem de julgamentos, mencionada pela autora, ocorreu em 15 de junho de 1930 no Rio de Janeiro.

Ao longo da crônica, o cerceamento das mulheres que eram casadas é criticado por Almerinda. Elas só poderiam litigar em juízo civil e comercial, exercer profissão e aceitar herança com autorização prévia dos maridos, como previsto no Código Civil de 1916 (CROCKETI, 2020). Da mesma forma, para ter uma conta em banco ou “comerciar”, ter um estabelecimento comercial, era necessária a “autorização expressa dos maridos”, conforme indicado pelo texto da cronista.

Assim como no trabalho, a liberdade de ir e vir das mulheres estava, muitas vezes, condicionada ao acompanhamento e à autorização de um homem, seja ele parente ou marido. Em maio de 1931, Almerinda comenta o episódio de uma jovem que desejava ser livre longe da sua cidade natal:

A noticia de uma jovem recém chegada de S. Paulo e encaminhada pela policia daquelle Estado á 4ª Auxiliar desta Capital por não ter sido encontrado no endereço dado pela dita jovem um indigitado tio da mesma, veio trazer-nos á meditação a situação de errado amparo em que vivem as menores orphãs ou não. Foi prejudgada

soffrendo das facultades mentaes pelo fato de querer ser livre e ter a loucura de cofessal-o: livre, tão somente nas ruas da cidade. Tão pequena é sua ambição que chega a parecer pueril. Bem tão commum, ao alcance de tantos que não cumprem pena, é lhe vedado pela lei.

Isto faz lembrar a phrase attribuida a José do Patrocinio quando, após ouvir o apello de um escravo que, fugido lhe mendigava apoio, respondeu ao senhor que perguntava ao negro o que lhe faltava para ser feliz: "A liberdade de ser desgraçado onde lhe aprouver".

Não se note em minhas palavras a intenção de achar justo ou razoavel que se entregasse essa critaturinha de 19 annos, que passou 8 annos interna em um collegio, á liberdade pervertora das ruas.

Friso apenas o mal da educação ministrada ás moças: reclusão sem ensino do que é a vida, de que deve constar a liberdade. Existe no mal dos internados a ansia natural e sopitada de expensão. E' o crescimento incessante do espirito que se desenvolve desviado tortuosamente pela estreiteza das liberdades que se lhe permitem, sem que essas sejam ampliadas na proporção do desenvolvimento espiritual.

Por esse motivo é que elogiamos o systema adoptado pela Escola Brasileira de Paquetá. A formação do caracter deve acompanhar o desenvolvimento physico, e o uso da liberdade deve ser aprendido na infancia para que não se dê na hora da emancipação legal o desenfreamento logico da criatura que da extrema coacção se precipita em plena liberdade (GAMA, 03 de maio de 1931)

Ao que indica o texto, a jovem foi levada à polícia e considerada instável quanto à saúde mental. A única “loucura” da mulher, para Almerinda, era assumir seu desejo de plena liberdade, mesmo que não tivesse um lugar para morar no Rio de Janeiro. Devido ao machismo institucionalizado, inclusive na legislação da época, a jovem foi proibida de exercer um “bem tão comum, ao alcance de tantos que não cumprem pena”, fato que chamou a atenção da cronista. Podemos inferir que a autora refere-se à jovem como “criaturinha de 19 anos” por ainda não ter atingido a maioridade, estipulada em 21 anos pelo Código Civil de 1916.

A autora ainda associa a privação da liberdade das mulheres, especialmente daquela jovem, à situação de um escravizado. Não é possível saber se a jovem era negra ou branca. Nas crônicas veiculadas em *O Jornal*, a questão racial não volta a aparecer. Da mesma forma, Tenório (2020) afirma que, em seus depoimentos, Almerinda não costuma fazer menção a sua identidade racial. Mesmo assim, a temática da negritude aparece com potência em uma das suas publicações mais relevantes, o livro de poemas *Zumbi*, lançado por ela em 1942. No texto que inicia a publicação, Almerinda associa a beleza à negritude e exalta a figura de Zumbi dos Palmares. A questão racial também é tema de outra publicação, que recebeu o título de *Raça*, publicada por Almerinda no jornal *A Notícia*, em 1938. No texto veiculado no cinquentenário da abolição no Brasil, conforme Tenório (2020), Almerinda rejeita a superioridade de brancos sobre negros e enaltece a miscigenação das raças no país.

Temática recorrente e presente neste texto, o modelo seguido pela educação brasileira na época é discutido por Almerinda. Quando menciona a “reclusão sem ensino do que é a vida, de que deve constar a liberdade”, podemos inferir que Almerinda faz referência à educação

feminina no início do século XX, ainda voltada para “uma formação para o lar, estabelecendo uma relação mecânica entre diploma e casamento” (INÁCIO FILHO e SILVA, 2007, p. 06).

No último trecho, Almerinda exalta a Escola Brasileira de Paquetá, pela “formação do caráter” acompanhada do “desenvolvimento físico”, de acordo com a autora. O internato de educação integral, na Ilha de Paquetá no Rio de Janeiro, era dirigido por João de Camargo e Amélia de Camargo. Conforme Morel (2016, p. 48), o educador também foi fundador do Instituto Moderno do Sul de Minas, marcado pelas atividades “feitas ao ar livre (floricultura e horticultura)” e “atividades manuais”, nas quais “a cultura corporal era desenvolvida como prioridade, pois era voltada para o esplendor natural da vida do campo”.

Em crônica que também aborda, de certa forma, a área da educação, Almerinda comenta a respeito do direito das mulheres integrarem a Academia Brasileira de Letras, em 31 de agosto de 1930. No texto, ela denuncia a discriminação de gênero na instituição.

D. Maria Amélia Teixeira, recém-chegada de Portugal, vem exclusivamente iniciar o intercambio intellectual entre as literatas lusobrasileiras.

Agora que a lingua portugueza já transpoz os Pyreneus, é promissora a iniciativa. Diz d. Maria Amélia, jornalista em Portugal, brasileira de nascimento, que as literatas patricias são tão desconhecidas no Velho Mundo quanto as bellas letras femininas portuguezas são ignoradas no Brasil.

Tornar conhecido em Portugal os nomes das nossas escriptoras é distanciar o horizonte não só no campo literario como no terreno comercial.

A perspectiva é agradável. Falta menos de um mez para declarar-se definitivamente a Academia Brasileira de Letras, a pedido de Laudelino Freire, sobre a possibilidade de aceitação da mulher no Petit Trianon. É possível que mais uma vez seja negada á mulher essa glorificação; restar-nos-á uma compensação - procurar a golpes de talento immortalizar-nos aquem e além mar, e tirar vantagens financeiras de mais um mercado para o nosso livro, já que não podemos perpetuar-nos nos annaes da Academia, nem auferir as pingues diarias dos ditosos immortaes. Cogita-se nas rodas literarias de uma homenagem á poesia brasileira, mas, infelizmente, a preocupação da sexualidade acompanha a idéa, e assim é que por intermedio de um vespertino é feita a insinuação de uma festa para os poetas, e, noutra estação, a festa de consolação para as do outro sexo.

Se a condição moral do intellectual não nos leva a fazer selecção, como podemos nós descer o olhar até a diferenciação physiologica? (GAMA, 31 de agosto de 1930)

A autora inicia a crônica com um breve comentário sobre a chegada da jornalista Maria Amélia Teixeira ao Brasil. Residente no país europeu, a jornalista brasileira era diretora de “Portugal Feminino”, uma publicação mensal ilustrada que reunia textos de escritoras portuguesas. Ao longo do texto, Almerinda afirma que as publicações das mulheres brasileiras não são conhecidas em Portugal, da mesma maneira que as portuguesas também não recebem visibilidade no Brasil.

Como uma tentativa de convencer os leitores, visto que o público do *O Jornal* era formado por homens e mulheres, a autora aponta as potenciais vantagens da valorização e

divulgação das escritoras nacionais ao país da Europa, que poderiam expandir os horizontes brasileiros “não só no campo literário como no terreno comercial”.

Em seguida, o enfoque do texto direciona para o embate acerca da aceitação das mulheres na Academia Brasileira de Letras, assunto em pauta na instituição e na sociedade. O caso abordado por Almerinda trata da escritora e advogada Amélia Beviláqua, primeira mulher a candidatar-se à ABL, em 1930. Apesar de uma decisão firmada em 26 de maio, que rejeitou a candidatura de Amélia sob o argumento de que “na expressão ‘os brasileiros’ do art. 2º. dos Estatutos da ABL só se incluíam indivíduos do sexo masculino” (FANINI, 2010, p. 161), a discussão foi reavivada por Laudelino Freire em busca da anulação do veredito. Após as deliberações, como Almerinda prevê na crônica analisada, mais uma vez, tal “glorificação” foi negada às mulheres. A elegibilidade feminina foi mantida proibida durante os oitenta primeiros anos de existência da instituição.

A autora apresenta, então, uma sugestão diante do cerceamento do que seria um direito das mulheres enquanto cidadãs brasileiras. Almerinda propõe uma compensação às escritoras: já que para elas não havia espaço nos anais da academia, restava buscar, por meios particulares, atingir visibilidade “aquém e além mar” e tirar vantagens financeiras no mercado literário. A autora ainda menciona a divulgação nos jornais de homenagem exclusiva para os poetas, enquanto as poetisas ocupavam o segundo plano. Como é típico da crônica e de diversos textos de Almerinda, ela encerra com uma reflexão acerca do machismo e da discriminação de gênero, embora esse termo não fosse usado à época.

O preconceito contra as mulheres também é motivo de protesto de Almerinda em crônica publicada sobre uma possível proibição da venda de bebidas alcoólicas exclusivamente a mulheres e menores de idade.

Proibir em absoluto por forte penalidade a venda de bebidas alcoolicas a menores e mulheres é um dos itens do projecto em elaboração que uma comissão especial da Camara, composta de autoridades no assumpto, dará em breve á approvação no Congresso e á sanção do Legislativo, baseado em varios outros projectos, sendo de autoria do sr. Medeiros e Albuquerque aquelle que originou o item em apreço.

Não posso crer seja transformada em lei, após alguns momentos de estudo, ou melhor de ligeira meditação, medida tão inocua quanto inconstitucional, no que se refere as mulheres. A mulher, no Brasil, não se dá ao vicio da embriaguez, salvo excepções deploraveis, e isso só já bastaria para dispensar medida tão energica, exclusivamente tomada para ellas, se não fosse essa prohibição "integral e immediata inexequivel" como diz o proprio projecto. Ou não serão todos iguaes perante a Lei, como nos afirma a Magna Carta?

Até ahi a inconstitucionalidade.

Inocua perante o homem que pagar qualquer bebida alcoolica e servir-a publicamente a qualquer mulher, sua esposa ou não. E a mulher que sentir prazer em desafiar as leis, beberá com dobrada volupia a sorrir ás faces dos agentes fiscaes que não poderão agir dentro da lei contra os vendedores.

Não seria pouco provável que essa lei viesse despertar em muitas mulheres o prazer do alcoolismo.

A obrigatoriedade do ensino e a propaganda anti-alcoolica, suscitadas pelo dr. Claudio de Souza e deputado Mauricio de Medeiros, são medidas que louvamos e que a America do Norte está adoptando, salientando-se entre essas a espectaculos que grupos de amadores levam effeito nos palcos das escolas e em logradouros publicos, gratuitamente, tomando para thema factos historicos em que se vêm as causas funestas do alcoolismo.

Terá o futuro projecto a seu favor argumentações scientificas?

As intoxicações euphoristicas serão mais prejudiciaes á prole quando verificadas nas mães?

Que pese o legislador a medida que vae tomar contra o alcoolismo, sem usar de dois pesos nem de duas medidas, para o bom exito de tão nobre campanha (GAMA, 10 de agosto de 1930)

Apesar de relacionada ao tema do alcoolismo, optamos por classificar a crônica acima na categoria de direitos das mulheres, pois o motivo preponderante da publicação de Almerinda parece ser sua revolta com a diferenciação de gênero proposta pelos parlamentares. O texto é publicado em um cenário de debates sobre o consumo do álcool no âmbito nacional e internacional. Nos Estados Unidos, a Lei Seca havia sido implementada em 1920, dez anos antes da veiculação da crônica, acontecimento que seria comentado por Almerinda em outro momento. No Brasil, “o álcool foi um assunto de grande relevância no país naquele período, estando presente na agenda de instituições públicas e privadas” (TAMANO, 2022, p. 03).

Ao que indica o texto de Almerinda, diante dos diversos projetos a respeito do tema, a grande novidade era a questão de gênero na matéria em tramitação no Congresso. A distinção entre homem e mulher quanto à proibição do álcool é definida pela cronista como inconstitucional. Almerinda cita a Carta Magna como forma de protesto: apesar do documento assegurar a igualdade entre os cidadãos brasileiros, na realidade, estava em pauta uma “medida tão inocua quanto inconstitucional, no que se refere as mulheres”.

Como em outros textos de *Perspectivas*, a autora questiona o embasamento científico e deixa registrada sua revolta quanto ao item em discussão. No período disponível para a realização deste trabalho, não foram encontradas informações sobre o projeto de lei mencionado. Portanto, inferimos que não houve aprovação dos parlamentares. Ao longo da crônica, Almerinda mostra-se a favor de uma campanha educacional, promovida pelos médicos Claudio de Souza e Mauricio Medeiros, bem como a utilização de meios culturais, como espetáculos de teatro, para conscientização a respeito do consumo de álcool.

Essa não é a única vez que Almerinda trata do alcoolismo em suas crônicas, a temática é abordada como assunto principal em texto publicado um ano depois, em 25 de outubro de 1931. Na crônica, a autora situa o leitor sobre estar no meio da Semana Anti-alcoólica, campanha promovida por sociedades de medicina. Ela comenta: “a proibição ‘yankee’ não

produziu os resultados que eram de desejar, sendo por isso mais aconselhavel entre nós, não a decretação de medidas parciais, limitando zonas ou excetuando dias, mas a educação social e domestica sistematicas, para repressão do abuso da embriaguez” (GAMA, 1931, p. 07).

6.4 A maternidade nos textos Almerinda

Segundo tema mais recorrente na classificação de “mulheres”, a maternidade aparece quatro vezes na coluna de Almerinda Gama em textos carregados de subjetividade. As crônicas abordam assuntos delicados e, muitas vezes, fatos considerados criminosos na época, noticiados pelos jornais.

Ha factos que fogem ao nosso commentario pela sua delicadeza, não, diremos melhor pela sua brutalidade. Ainda não está exacta a qualificação, porque os animaes chamados brutos se considerariam injuriados se comprehendessem o paralelo.

Assim sendo, esta perspectiva não os abrange, porque estão abaixo do nosso horizonte.

Um destes, porém, merece o olhar da mulher do lar. É o caso comentado de um incesto seguido de infanticidio, mais commum (não direi o primeiro, mas o segundo), do que talvez se julgue. [...]

Homicidio, infanticidio, matricidio, parricidio, uxoricidio... não traduzem o inconcebivel crime da mulher que mata o proprio filho, porque infanticio é crime menor.

E onde o amor materno, tão exaltado, tão sublimado? Contam-se por dezenas, por centenas, por milhares, talvez, o numero de mulheres que friamente trocam idéas sobre a maneira mais segura de eliminar o embryão que seria, ao fim da gestação, a santa redempção do pecado original.

O amor materno, como todos os amores, precisa ser cultivado, e não decantado. Vae descendo muito a abnegação materna. Ainda ha exemplos felizmente, bem honrosos.

O amor proprio é o mais forte de todos os amores. E assim a mulher busca primeiro a satisfação do instincto, o prazer dos sentidos, inconsciente da opinião publica. Depois, friamente, perante a reputação em perigo, numa erronea concepção de honra, premedita o mais monstruoso dos crimes, e cremos que o faça numa semi-inconsciencia de toda a extensão de sua falta, producto da educação social hodierna.

Tem por isso a mulher de hoje, em sua maioria, em primeiro plano o amor do prazer pessoal, em segundo o da sua reputação, em terceiro, infelizmente, o decadente amor materno (GAMA, 13 de julho de 1930)

Publicada em julho de 1930, a crônica de Almerinda comenta um polêmico caso de incesto seguido de infanticídio. O episódio é observado com revolta pela autora, que define como inconcebível e monstruoso o crime da mulher que tira a vida do próprio filho. A partir do texto, não é possível identificar a idade da vítima ou o local do acontecimento. No Rio de Janeiro, conforme levantamento de Merchán (2020), entre 1898 e 1936, inquéritos policiais disponíveis no Arquivo Nacional apontaram 15 casos de infanticídio, crimes que ocorreram imediatamente depois ou em menos de 24 horas após o parto. Na maioria das vezes, esses bebês

nasciam em condições precárias, insalubres e em segredo. Uma tentativa de esconder o “pecado original”, termo utilizado pela autora em outro trecho do texto.

Ao longo da crônica, Almerinda passa ao tema do aborto e como esse assunto era discutido de forma recorrente entre as mulheres da época. A busca por uma prática segura de “eliminar o embrião” é condenada pela autora no texto e o nascimento do bebê é visto por ela como uma “santa redenção”. Pela publicação, percebemos uma mudança no comportamento das mulheres daquela década, marcada, segundo a autora, pela substituição do amor materno pelo “amor próprio” e “prazer pessoal”.

Segundo Merchán (2020, p. 29), crimes como infanticídios, abortos e abandonos implicavam apelar à noção de honra, “mas especialmente a de honra feminina”. É o caso comentado pela cronista no texto, ao tratar da reputação e da honra das mulheres: “perante a reputação em perigo, numa errônea concepção de honra, premedita o mais monstruoso dos crimes”. Diferente de outras crônicas de *Perspectivas* analisadas, nas quais Almerinda traça paralelos e responsabiliza os homens pelos acontecimentos comentados, aqui, não vemos a responsabilização paterna sobre o crime. É registrada na crônica uma espécie de elevação espiritual do amor materno, “exaltado” e “sublimado”.

Dois meses depois da publicação, identificamos a segunda crônica sobre a maternidade publicada na coluna. Em setembro de 1930, Almerinda comenta a impossibilidade da Maternidade de Laranjeiras para receber novas gestantes:

A ultima nota sobre a Maternidade de Laranjeiras, para não dizer a Maternidade publica da Capital do Brasil, foi dolorosa como o som de um sino a dobre a finados.

A Maternidade recusará auxilio a qualquer que for com pressa bater á sua porta. Não pode socorrer por falta de compressa. E' a escola pratica de obstetricia do Rio de Janeiro que proclama as atencções que não lhe serão negadas pelos poderes competentes.

Não será preciso expor á venda mais uma flor, porque o governo não pode mendigar e, digamos em verdade, não precisa.

No entanto, precisamos ainda accentuar e insinuar no espirito do nosso povo, quanto de amparo e quanto de conforto necessita a gestante e a parturiente. Eu, que não entôo lôas á divinização poetica das mães, iria de bom grado, tivesse certeza de exito, pedir de porta em porta a contribuição de cada um para uma fundação modelo onde ficassem rodeados pelo conforto e pela sciencia os futuros cidadãos da patria, onde achavam o repouso necessario aquellas que estivessem em vesperas de ser mãe, onde não faltasse um berço para o pequenino que precisasse da assistencia materna, até no curto periodo do internamento de sua maezinha.

Iria dizer que para todo esse vasto suburbio, onde ha milhares de mulheres que concebem, apenas um estabelecimento de maternidade existe, trabalho heroico de meia duzia de abnegados, ou melhor, abnegadas, á cuja frente se encontra o dr. Herculano Pinheiro. E' lá em Cascadura, na Avenida Suburbana que se encontra, ainda em formação, uma obra meritoria e que o concurso de todos nós não seria superfluo para evitar que o dr. Pinheiro, em tempo algum, tenha de affixar ás suas portas um cartaz semelhante ao officio do director da Maternidade de Laranjeiras (GAMA, 21 de setembro de 1930)

A autora registra que a primeira instituição pública voltada exclusivamente para o parto no país, a Maternidade das Laranjeiras, estava sem recursos materiais para abrigar novas gestantes. A cronista utiliza de uma metáfora para descrever a forma como recebeu aquela notícia, “dolorosa como o som de um sino a dobre a finados”. A escola prática de obstetricia do Rio de Janeiro, como mencionado pela autora, é a atual Maternidade-Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na publicação, Almerinda apela aos leitores sobre a necessidade de conscientização da população e dos governantes sobre os cuidados essenciais às gestantes e demonstra vontade de colaborar com um espaço adequado aos bebês, para que “não faltasse um berço para o pequenino que precisasse da assistencia materna, até no curto periodo do internamento de sua maezinha”.

Como característica recorrente das suas crônicas, a autora registra sua crítica e denúncia ao fato daquela casa de saúde ser a única para atender todo o subúrbio. A autora demonstra valorizar a atuação das poucas trabalhadoras do local, meia dúzia, segundo ela, dotadas de alta empatia. Além disso, a cronista expressa sua admiração ao médico obstetra Herculano Pinheiro.

Sobre a nova maternidade em construção na Avenida Suburbana, em Cascadura, mencionada por Almerinda no texto, uma nota publicada em 3 de janeiro de 1930, em *O Jornal*, afirma que Herculano, procurando remediar a falta de estabelecimentos na metrópole do país, com a ajuda da esposa, empreendeu uma intensa campanha em prol da edificação de uma maternidade nos subúrbios. “Será, portanto, a effectivação de um dos nobres ideaes da população local e que se deve ainda mais uma vez á iniciativa particular, pois, os poderes publicos não tem cuidado como deviam das obras de premunição e defesa sociaes” (O JORNAL, 3 de janeiro de 1930, p.1).

A terceira crônica sobre maternidade é publicada por Almerinda em novembro de 1930. Assim como no primeiro texto analisado nesta seção, a maternidade é retratada por ela como uma vocação natural das mulheres:

Exponhamos o caso que nos prendeu a atenção: uma joven casada, vendo perigar o amor do esposo pela falta de um filho, executou uma farça com o auxilio de uma irmã distante, transferindo-se para junto desta afim de fazer crer ao marido que a sua pseuda concepção tinha chegado a feliz termo. Outra mulher sem amor nem consciencia offerecia pelos jornaes o filho que lhe viria á luz em breves dias, e conciliando desejos e interesses, foi feita a aquisição do filho, provavelmente mediante pagamento a titulo de gratificação. De um lado é a mulher que compra uma criança para prender o amor do marido; de outro é a mãe que vende o filho para... para que? Para garantir-lhe o futuro, para conservar a independencia propria? Não o sabemos. Rejubila a primeira e volta-se a segunda. O caso vae aos tribunaes. E' o instinto materno que reclama o seu direito? Não cremos. A mulher que friamente se dobra sobre o ventre pejado para redigir um annuncio offerecendo o filho, nega o

proprio instincto animal. A mulher que entrega friamente o filho a troco de alguns dollares desceu a escala zoologica no conceito dos humanos. Cremos antes que essa mulher esperava um lucro a mais, uma indemnizaçã, talvez, naquella terra onde se condemna Clara Bow a pagar 50.000 dollares de indemnizaçã á esposa de um homem cujos olhos enfeitiçaram aquella actriz. E a pseudã mãe, deante da sentença imminente, confessa-se feliz se for condemnada á prisã, contanto que conserve nos braços o bebê adorado. E aquella mulher cheia de amor perde a demanda, perde o filho adoptivo e perde o marido.

Pobre illusã cedo desfeita, a de sustar a hecatombe de um lar com a presença de um filho. Louca aventura de conquista de um amor a premio.

E aquella mulher de ventre esteril e coração fecundo demonstrou á evidencia como é polymorphico e polychromico o Amor que frutifica em bençãos maternas ou beijos de amantes (GAMA, 2 de novembro de 1930).

A autora trata da compra de uma criança por uma mulher que não conseguia engravidar e que temia pelo fim do seu casamento. Outra mulher, que oferecia o filho, por sua vez, não queria ou não podia ficar com a criança. A prática de criar filhos de outras pessoas é antiga no Brasil, mas o que parece ser o motivo da reprovaçã de Almerinda é o anúncio feito pela mãe nos jornais e a aquisiçã “provavelmente mediante pagamento a título de gratificaçã”. A cronista define como “fria” a mãe que anuncia o filho, uma mulher que “nega o proprio instincto animal”, segundo a autora. Novamente, ela critica o fato da sobreposiçã do anseio pela independência e dos interesses particulares da mulher sobre a maternidade e a criança.

Ao que indica a crônica, a mulher que entrega a criança arrepende-se do ato e o caso chega aos tribunais, onde é determinado que a mãe adotiva não permaneça com o bebê. Almerinda sai em defesa da mãe adotiva, considerada por ela como “cheia de amor” e de “coração fecundo”. Inferimos que a reflexã trazida pela autora ao final do texto tem o seguinte sentido: a mãe adotiva, para ela, havia demonstrado o amor polimórfico e policrômico que pode nascer de uma experiêncã maternal.

No ano seguinte, na última crônica sobre maternidade em *Perspectivas*, o instincto maternal e o abandono são discutidos novamente por Almerinda:

Já se vão longe os risinhos tempos, ou melhor os sizudos tempos em que a mulher vivia exclusivamente ás custas do homem. O pae carinhoso que sentia as primeiras sombras do occaso da vida consultava ansioso os arcanos matrimoniaes, a ver se os oraculos prediziam a appariçã de um principe encantado (desencantado tambem servia) que amaparasse a filha solteira.

Em consequencia disso, muitas solteironas iam continuar a sua espera ou lastimar uma appariçã desastrada nas grades de uma cellula claustral e não raro pobres, viuas iam buscar fora da lei um amparo semelhante ao que a morte lhe subtrahira. Raras vezes, felizmente, a vocaçã dramatica dessas criaturas lavava-as a scenas de desespero, algumas reaes e tambem fataes.

Quando acontecia apparecer entre as victimas do drama ou da tragedia filhos pequeninos prejudicados pela morte ou pelo abandono do pae sem coração, a figura da mãe-martyr ficava aureolada da piedade de todos.

Não nos agradou, a nós deste século, em que só ha tempo para comportar revistas, cortinas e "sketchs", o papel de heroínas de dramalhões tão do agrado de

nossas avós, a que hoje em dia não conseguem nem meia casa, mesmo passando as entradas todas a caronas.

Deixamos o camarim e á luz da ribalta surgimos no palco da vida com a toilette propria do seculo.

Isto não devia, porém, significar que a mulher se dispusesse dos naturaes sentimentos maternos, mas revestir-se de força de vontade e coragem para lutar mesmo sem a bandeira do apoio masculino.

Acontece porém que mulheres que o não mereciam ser, procedem hoje como alguns homens o fazem sob a nossa condenação. Se, aos homens reprovamos o desamparo em que muitas vezes deixam os filhos, como poderemos justificar a mulher que abandona sete filhos menores, por maior que seja a magua que tenha do marido?

O gesto louco do auxiliar de comercio que em dias da semana finda precipitou-se voluntariamente sob as rodas de um auto demonstra ou paixão pela mulher que o abandonou, ou desespero de causa perante a dificuldade dos filhos desamparados.

Se nelle, por isso, censuramos a falta de energia, em uma mulher condemnamos a ausencia de consciencia e de sentimento materno (GAMA, 26 de abril de 1931)

Dessa vez, o acontecimento escolhido para compor a crônica é o caso de uma mulher que deixa o marido e seus sete filhos. O homem suicida-se diante da dificuldade de criar os filhos sozinho ou pela paixão pela mulher, segundo a autora. Até chegar à história, Almerinda utiliza de diversas metáforas para demonstrar a mudança dos tempos e do comportamento das mulheres. Segundo a autora, elas já não vivem às custas dos homens, nem ficam aguardando um príncipe encantado.

Conforme Almerinda, as mulheres daquele século não queriam protagonizar dramalhões do tempo de suas avós, em que apareciam como mártires ou heroínas quando sozinhas com os filhos por morte ou abandono dos maridos. A autora afirma que as mulheres “deixam o camarim” e sobem ao palco da vida com uma nova roupagem, a “toilette” do século.

Na publicação, Almerinda defende que a modernização do comportamento das mulheres, no entanto, não deveria afetar os “naturais sentimentos maternos”, mas que elas deveriam “revestir-se de força de vontade e coragem para lutar mesmo sem a bandeira do apoio masculino”. A autora condena, ao longo do texto, a atitude de mulheres que cometem o mesmo erro de alguns homens, ao abandonarem os seus filhos; essas são consideradas por ela desmerecedoras do sexo feminino.

Ao comentar o caso ocorrido com o comerciante e sua esposa, Almerinda também condena a falta de empenho do homem para cuidar das crianças sozinho, bem como a ausência de consciência e de sentimento materno da mulher.

Quanto aos textos reunidos neste subcapítulo, é importante lembrar que Almerinda expressa suas opiniões ainda na década de 1930, quando o feminismo dava seus primeiros passos no Brasil. Como mencionado neste trabalho, temas polêmicos como o divórcio, por exemplo, sequer eram colocados em pauta pela principal entidade feminista da época, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), presidida por Bertha Lutz.

Dessa forma, para compreender as impressões de Almerinda Gama sobre temas da época, amplamente discutidos nos dias atuais por vários viéses, é necessário considerar suas vivências e seu tempo. Almerinda perdeu dois filhos biológicos antes dos seus 30 anos. Essas duas experiências, entre outras ao longo de sua vida, certamente influenciaram as suas visões de mundo. Anos depois, virou mãe de criação de muitos filhos adotivos. Em maio de 1991, o jornal *O Dia* realizou uma reportagem especial com Almerinda, em homenagem ao Dia das Mães: a matéria destacou que a cronista criou tantos filhos afetivos que era difícil lembrar o número exato. Uma das filhas adotivas de Almerinda chama-se Alana Mara Batista de Souza (TENÓRIO, 2020).

6.5 Mulher, violência e suicídio

Episódios de violência contra a mulher são comentados por Almerinda em duas crônicas publicadas em *Perspectivas*, ambas também abordam casos de suicídio. O primeiro ocorrido aparece em seu texto inaugural, veiculado no dia 04 de maio de 1930:

Os jornaes divulgaram ha poucos dias um caso vulgar e desinteressante para aquelles que directa ou indirectamente não foram attingidos pelos seus efeitos phisicos ou de ordem sentimental.

Trata-se de uma joven esposa que, dentro de seis mezes de casamento, incendiou-se, para fugir aos maos tratos do marido, não! por não poder fugir aos maos tratos do mesmo.

Faltava-lhe o conforto da familia? Não. Ignorava porventura os parcos direitos da mulher? Talvez não. Era amada de seus paes e regularmente instruida. Tinha a certeza de que a Familia e a Lei amparariam a sua causa justissima se uma queixa comprovada levasse ao Tribunal o seu marido. Portanto o seu gesto parecerá imbecil a alguns, irritando mesmo, se possivel, a piedade que deveria despertar. Deficiencia de amor proprio, dirão outros. Paixão, desequilibrio amoroso, hysterismo... qualquer defeito pessoal.

A meu juizo, porém, esse defeituoso estado psychico é determinado por um factor altamente prejudicial que mais se avoluma por ser considerado louvavel e benfazejo, merecendo, destarte o incremento de todas ou quasi todas as instituições sociaes e religiosas. Constranjo-me ao apontal-o, atevendo a contradicta colletiva perante a qual ficaria despida do preconceito secular, mostrando impudicamente uma amoralidade cynica de revolucionaria. Não é o desejo de provocar escandalo para attrair attenções que me faz tomar esta attitude. É uma convicção firme.

Aponto como unico responsavel pelo suicidio que piedosamente commento, a absoluta castidade (permitam-me o termo) procurada, exigida e ás vezes conseguida para as moças casadeiras. Prepara-se um espirito feminino com todas as delicadezas de um sentimento, dá-se-lhe uma instrucção escolhida, guarda-se-lhe o corpo de qualquer emoção sensual, povoa-se-lhe os devaneios de imagens irreaes, verdadeiras miragens, digo mal, que as miragens têm, lá distante, o tangivel que representam, e depois, entrega-se-a ao primeiro bruto que apparece, (que os maridos intelligentes e dignos representam uma ridicula minoria) cujo prazer maior é corromper: corromper o corpo, corromper a alma, corromper intelligencia, até deixar em farrapos aquele mimo de graça, de intelligencia e de pureza que tantos annos de sacrificios e cuidados custou a preparar. E a mulher que aprendeu a vibrar com aquelle animal soffre uma verdadeira obsessão. Na illusão de que nenhum outro conhece tão bem a arte de amar

como o seu marido. Nenhum outro poderá fazel-a feliz como aquelle que rompeu o véo do templo de sua castidade.

Como corrigir esse erro inicial? Mas isso é assumpto para longa palestra quiça um programma, cujas bases não me atrevo a indicar, por demasiado complexo e profundo (GAMA, 04 de maio de 1930)

No texto de estreia de sua coluna, Almerinda afirma que o caso comentado pode parecer “vulgar” e “desinteressante” àqueles que não foram atingidos, de alguma forma, pela triste notícia divulgada nos jornais. Por não conseguir fugir da agressão sofrida pelo marido, a vítima suicida-se. O motivo do trágico episódio, no entanto, para a autora, vai além dos atos de violência: tem sua origem em um fator altamente prejudicial, mas considerado pelas instituições religiosas e sociais como benéfico às mulheres da época. Trata-se, segundo Almerinda, da “absoluta castidade” imposta às meninas e às mulheres.

Podemos compreender a castidade descrita pela cronista como uma série de preparações direcionadas às mulheres para o casamento, tanto no aspecto sentimental quanto no sexual. Almerinda aponta que elas são nutridas das “delicadezas de um sentimento” e de uma “instrução escolhida”, enquanto, em relação à sexualidade, “guarda-se-lhe o corpo de qualquer emoção sensual”.

Ao longo da crônica, também podemos identificar a idealização do casamento como um dos problemas apontados pela cronista. Embora o termo não seja utilizado explicitamente, Almerinda lamenta o fato de que, após toda a preparação para o casamento, as mulheres são entregues ao “primeiro bruto que aparece”. A grande maioria dos homens da época, segundo ela, “corrompe” o corpo, a alma, a inteligência e a pureza das esposas, que passaram por “tantos anos de sacrificios” e de cuidados.

Almerinda ainda aponta a construção de “imagens irreais”, “verdadeiras miragens”, da futura relação matrimonial impostas ao imaginário das mulheres daquela década. É nesse ponto que reside a principal problemática para ela. Em texto publicado dois meses depois, a cronista comenta novamente sobre o tema:

Mesmo a contragosto, pois costume não fixar a atenção em casos passionaes, os ultimos dramas conjugaes têm-me feito reflectir na causa provavel dos seus factores.

Passei sem commentario sobre o caso de uma menina de 14 annos que se deixara matar pelo marido ou não pudera eximir-se ao ferro assassino. Ella já fôra anteriormente victima, pelo simples acto de casar-se naquella idade, do crime commettido por seus paes perante a lei civil e perante a natureza. Quinze dias de casada apenas: qual fôra a causa da tragédia? Mysterio, que o seu autor levou para o silencio do tumulo.

Veiu agora o suicidio de uma esposa que não supportou uma desintelligencia entre o marido e um irmão.

Teria sido este, de veras, o motivo do desespero? Se assim foi, só poderemos considerá-la uma doente mental. Cremos, porém, que talvez neste como em muitos casos haja antes uma grande desilusão da mulher que casa. E' o derruir dos lindos "bungalows" da fantasia, construídos por creaturas que vivem no sonho de um amor ideal que a existência não comporta. Qual a mulher casada ou viúva, que não teve ao menos um curtíssimo momento de um grande arrependimento de se ter casado? Aquella que me vier desdizer com o próprio exemplo de felicidade conjugal, eu lembrarei a sua angústia em face a inúmeras pequenas decepções. A fantasia que alimenta o amor do esposo com a sua espiritualidade, recordarei o instante em que sentiu a realização inferior ao ideal entrevisto.

O último e original caso de suicídio de esposa é o daquela que não teve coragem de assistir o sofrimento do marido. Não foi isso também o esboroar de um sonho?

Será menos romanesco, tirará do homem o encanto de desvendador de mysterios, porém mais racional e pratico seria arrancar totalmente as vendas sentimentaes que fazem a mulher ir ás tontas para o casamento. Com isso não resolveríamos a questão, mas equilibraríamos em muito a situação da mulher no matrimonio, especialmente se o homem tomasse interesse em contribuir para tal com a sua boa vontade que é o factor máximo da harmonia e que tão raras vezes é encontrada nos lares (GAMA, 20 de julho de 1930).

Outro episódio de suicídio é comentado por Almerinda na coluna para, novamente, propor uma reflexão sobre as possíveis causas dos recorrentes casos entre as mulheres. No início do texto, a autora deixa registrada sua indignação com a violência sofrida por uma adolescente de 14 anos, assassinada pelo marido. Almerinda descreve o ocorrido como um crime cometido pelos pais tanto perante a lei civil, quanto perante à natureza.

Em seguida, da mesma forma que no texto anterior, a cronista busca identificar o motivo do suicídio de outra mulher, ocasionado após um conflito entre o seu irmão e o seu marido. Almerinda não considera que o “motivo do desespero” tenha sido aquele desentendimento, mas uma “grande desilusão da mulher que casa”. Podemos identificar novamente a temática da idealização do casamento, quando a autora aponta como problemática e como motivação da infelicidade um “sonho de um amor ideal que a existência não comporta”.

Como demonstração da incidência dos casos, outro episódio de suicídio é comentado pela autora na mesma crônica. Desta vez, a protagonista é uma esposa que não conseguiu assistir ao sofrimento do marido. Todos esses exemplos são apontados por ela como um “esboroar de um sonho”. Nesse sentido, a cronista aponta uma solução para a problemática: o casamento deveria ser apresentado a partir de uma visão realista, despidido de “vendas sentimentais”. Assim, segundo a autora, a situação “complexa” e “profunda”, como descrito na crônica anterior, ainda não seria resolvida, mas ajudaria a equilibrar a dificuldade enfrentada pelas mulheres no matrimônio.

6.6 Considerações acerca da análise

A partir da leitura e da análise dos textos de Almerinda Gama, podemos conhecê-la em suas diversas singularidades. Opiniões críticas e convictas deixam registradas nas folhas dos jornais suas revoltas, paixões, contradições e experiências. Em textos diretos e francos, a autora passeia por assuntos que muitos não arriscaram comentar na década de 1930. Almerinda provoca os leitores para reflexões sobre temas diversos: desde a discriminação sexual contra mulheres na Academia Brasileira de Letras até uma nova legislação sobre alcoolismo na Câmara.

Assim como em sua trajetória política, nos textos da cronista, a busca pelo direito das mulheres foi uma temática constante. Almerinda escreveu sobre o voto feminino quando seu alcance ainda era incerto e registrou suas indignações no maior órgão dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand à época. Paralelamente, atuou junto às integrantes da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), presidida por Bertha Lutz, para atingir esse objetivo.

Ao longo da imersão nas suas produções, também percebemos que a maternidade foi tema sensível para a autora. Talvez por ter pedido seus dois filhos, ainda muito cedo, assim como os dois companheiros que teve ao longo da vida. Almerinda registra de forma ácida as suas opiniões sobre temáticas como o aborto e o abandono. Todos esses vestígios nos permitem compreender suas particularidades enquanto mulher, feminista, negra e trabalhadora do Brasil de 1930.

A identificação racial da autora não aparece nas crônicas analisadas nesse trabalho, assim como constatou Tenório (2020) em dissertação sobre a trajetória da jornalista. No entanto, consideramos que Almerinda nunca esteve alheia à questão étnico-racial. Ao ocupar lugar de destaque em um veículo de grande circulação, como *O Jornal*, e na principal entidade feminista do país daquela época, Almerinda Gama desempenhou o exercício diário de resistência e poder. Atualmente, a autora protagoniza o nome do prêmio criado pela Secretaria da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo, em 2016, que reconhece iniciativas de comunicação em defesa dos direitos da população negra.

É possível observar que as crônicas de Almerinda passeiam por diversas temáticas. Todos os textos analisados somam características da crônica-comentário, conforme a classificação de Coutinho, pela miscelânea de assuntos, e da crônica-informação, do mesmo autor, porque divulgam acontecimentos com breves comentários. Na perspectiva de Beltrão, essas publicações acumulam aspectos do subgênero da crônica geral, devido à diversidade das

temáticas comentadas. Como mencionado anteriormente, algumas abordam episódios ocorridos no Rio de Janeiro, por isso, identificam-se com a classificação de crônica local. No entanto, além de episódios ocorridos no Brasil, a autora também levanta acontecimentos de outros países, para tecer comparações e comentários sobre o cenário nacional. Ainda quanto às classificações de Beltrão, principalmente acerca das crônicas sobre a maternidade, é possível identificar aspectos da crônica sentimental, visto que Almerinda apela à sensibilidade dos leitores ao comentar fatos comoventes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a trajetória de Almerinda Gama na imprensa, através das suas crônicas publicadas em *O Jornal* na década de 1930, foi o objetivo principal desse trabalho. Para contextualizar o período de publicação dos textos, iniciamos a monografia com um breve panorama da imprensa brasileira na virada do século XIX para o século XX. Passamos rapidamente pela inserção das novas tecnologias nas redações, que permitiram à imprensa atingir as configurações que possuía no período de contribuição de Almerinda com os jornais. Após, abordamos o surgimento da imprensa feminina no Brasil, devido à relevância da temática e sua relação com a página *Para a Mulher no Lar*, espaço que abrigava a coluna *Perspectivas*, de Almerinda Gama.

Da mesma maneira, de forma breve, retomamos o surgimento da imprensa negra no Brasil, por onde passaram antecessores de Almerinda no contexto pós-abolição. Destacamos que a autora ocupa um espaço de destaque em um veículo de grande circulação, quando a abolição da escravatura completava aproximadamente 42 anos, fato possível devido aos movimentos de outros sujeitos negros que abriram espaços na imprensa anteriormente.

Partimos, então, para a apresentação do veículo *O Jornal*. Para cumprir essa tarefa, retomamos a história do periódico, desde a sua criação por Renato de Toledo Lopes até a sua compra por Assis Chateaubriand em 1924. Destacamos, nesse capítulo, as mudanças editoriais pelas quais o jornal passou sob o comando de Chateaubriand. Em seguida, apresentamos a página *Para a Mulher no Lar*, presente no jornal desde 1926, inicialmente sob o nome de *Para as horas de lazer feminino*. Nessa seção, mostramos algumas das principais colunas que estampam a página e os principais conteúdos destinados às leitoras.

A crônica brasileira, suas características e sua relação com o jornalismo também foram alvo de investigação deste trabalho. Aqui, passamos pelos apontamentos de literatos como Antonio Candido e Afrânio Coutinho, bem como de jornalistas, como José Marques de Melo e Luiz Beltrão, para compreender aspectos do gênero marcado pelo hibridismo entre o jornalismo e a literatura.

Antes da análise de conteúdo proposta, apresentamos parte da extensa trajetória da protagonista desse trabalho. Para registrar esses aspectos, utilizamos como base a profunda investigação de Tenório (2020) sobre a vida de Almerinda Gama, na dissertação de mestrado *A vida na ponta dos dedos: A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) – feminismo, sindicalismo e identidade política*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Almerinda desempenhou, ao longo da sua

trajetória, múltiplas funções. Nessa pesquisa, optamos por registrar alguns dos seus movimentos na política e na imprensa.

No campo político, apontamos as colaborações da jornalista como integrante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), entidade à frente da luta pelo sufrágio feminino no Brasil. Além disso, entre outros acontecimentos, tratamos sobre a sua participação como delegada-eleitora e única representante feminina na eleição para os deputados classistas que integrariam a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Quanto à sua trajetória na imprensa, apontamos as contribuições de Almerinda nos periódicos pelos quais passou até o início de sua colaboração com *O Jornal*, ao conhecer a jornalista Sylvia Serafim. Ressaltamos o fato de que, em seus depoimentos, Almerinda sempre afirmou ser uma jornalista. Ela também tinha orgulho da sua relação com os colegas de redação e da sua facilidade com as letras.

Para analisar as crônicas de Almerinda Gama, utilizamos a abordagem metodológica da análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011), em busca da identificação das principais temáticas e características dos textos, além das suas relações com o contexto histórico-social da época. Em primeiro lugar, realizamos a catalogação de todas as crônicas publicadas no período de veiculação da coluna *Perspectivas*, entre maio de 1930 e dezembro de 1931. Para tanto, foram consultadas as edições de *O Jornal*, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Após esse processo, identificamos os temas predominantes, que resultaram em 11 assuntos, classificados como direitos das mulheres, política, maternidade, educação, violência contra a mulher, divórcio, ética, imprensa, eugenismo, alcoolismo ou pena de morte.

Devido à aproximação da trajetória de Almerinda com o movimento feminista e a incidência de temáticas relacionadas às mulheres em suas crônicas, optamos por criar uma nova classificação para crônicas que tratam desse assunto. Aqui, reunimos as temáticas direitos (5 textos), maternidade (4 textos) e violência (2 textos), para realizar uma análise qualitativa de cada um desses 11 textos finais. A partir da leitura exaustiva de todas as crônicas, identificamos que a produção de Almerinda contempla temáticas variadas e ganha caráter documental, por registrar aspectos sociais e políticos do seu tempo.

O processo qualitativo de análise das crônicas nos permitiu identificar, na temática de direitos das mulheres, comentários de Almerinda sobre questões como a presença feminina na política, o direito ao voto, o exercício das profissões, o casamento, a liberdade, a educação e a discriminação. Quanto às crônicas classificadas na categoria de maternidade, Almerinda discorre sobre crimes, relações conjugais, carência de locais adequados para gestantes, aborto, abandono, instinto materno e a relação entre mulheres e maternidade como uma vocação

natural. Nas publicações da última temática, a violência, a autora apresenta episódios de agressão sofridos por mulheres, trata sobre a idealização do matrimônio e propõe uma reflexão sobre as causas dos recorrentes atos de suicídio de mulheres casadas à época.

Por tecer comentários sobre fatos noticiados nos jornais, as crônicas de Almerinda são marcadas pelo hibridismo entre o jornalismo e a literatura. Através dos seus textos, é possível tomar conhecimento de fatos ocorridos, ao mesmo tempo que são registradas as opiniões da autora. Pelos vestígios deixados pela cronista na imprensa, podemos identificar aspectos sociais, políticos e históricos de seu tempo, assim como utilizar desses rastros para revisitar a longa trajetória de Almerinda Gama.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Valmir Teixeira de; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Imprensa negra e cidadania: Conteúdos do Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z. **Revista Matrizes**, v. 15, n. 2, p. 229-250, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1430/143068488019/143068488019.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- ARRIGUCCI JR., Davi. **Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ASSIS, Machado de. **As Cem Melhores Crônicas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BRASIL, Bruno. **O Jornal**. Hemeroteca Digital: 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>. Acesso em: 11 out. 2022.
- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil - 1900**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel - a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 1981.
- CÂNDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: Para gostar de ler: crônicas. Volume 5. São Paulo: Ática, 2003.
- CARNEIRO, Glauco. **Brasil, primeiro: história dos Diários Associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.
- COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 2003, vol. 6.
- COUTINHO, Afrânio. **Antologia brasileira de literatura**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1967, vol. 3.
- DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, v. 1, n. 4, p. 95-105, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21741>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX - dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. **Direitos das mulheres na constituinte de 1933-1934:** disputas, ambiguidades e omissões. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34535>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FANINI, Michele Asmar. A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 149-177, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/QMhJVD8X8SMrrVVNDLFDrWC/?format=pdf&lang=pt>

FEITOSA JR., Alessandro; ACAYABA, Cíntia. 30% das mulheres dizem que já foram ameaçadas de morte por parceiro ou ex; 1 em cada 6 sofreu tentativa de feminicídio, diz pesquisa. **G1**, São Paulo, 23 de novembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/23/30percent-das-mulheres-dizem-que-ja-foram-ameacadas-de-morte-por-parceiro-ou-ex-1-em-cada-6-sofreu-tentativa-de-femicidio-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2022.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil**. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. v. 14, n. 2, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/418/332>. Acesso em: 03 out. 2022.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRANCISCO, Henrique Sugahara. **Transgressores da ordem e dos bons costumes:** os adeptos das práticas mágico-religiosas segundo as páginas sensacionalistas do jornal A Capital, 1912-1930. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/12658>. Acesso em: 20 nov. 2022.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia, BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KARAWEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A Primeira Fase Do Movimento Sufragista No Brasil. **Locus: Revista de História**, v. 20, n. 1, p. 327-346. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20768>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LIMA, Sandra Lucia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 221-240, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2219/1320>. Acesso em: 2 jan. 2023.

MERCHÁN, Jhoana Gregoria Prada. Crimes de honra: infanticídio, aborto e abandono de crianças no Rio de Janeiro de princípios do século XX. **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 133-152, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7603349>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREL, Marcia. **A educação do corpo no projeto anisiano de educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2016/tMarciaMorel.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RABELO, Ana Maria Prestes. 1922-2022: cem anos do sufragismo feminino no Brasil. **Revista Princípios**, n. 163, p. 96-117, 2022. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/163/82>. Acesso em: 28 dez. 2022.

RAMOS, Paula Da Silva; DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX - Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. **Revista História (São Paulo)**, v. 36, n. 17, p. 1-5, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157579>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCHARGEL, Sergio. **O anjo pornográfico original: a desumanização de Sylvia Serafim**. In: VII Seminário do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, FFLCH-USP, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://literaturabrasileira.fflch.usp.br/sites/literaturabrasileira.fflch.usp.br/files/inline-files/138-150.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar?** Universidade Federal de Uberlândia, [s.d.].

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TAMANO, Luana Tiek Omena. A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental. **Revista História (São Paulo)**, n. 181, p. 1-33, 2022. Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/189965/184924>. Acesso em: 15 jan. 2023.

TENÓRIO, Patrícia Cibele da Silva. **A vida na ponta dos dedos: a trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899- 1999): feminismo, sindicalismo e identidade política**. 2020. 263 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

TUZINO, Yolanda Maria Muniz. **Crônica: Uma intersecção entre jornalismo e literatura**. Ponta Grossa, 2009.

VIDAL, Brenda Luíza Ferreira. “Um negro entre as fileiras da imprensa”: trajetória e crônicas de Paulino de Azurenha no Correio do Povo no início do século XX. Trabalho de conclusão de graduação - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/190048>. Acesso em: 18 jan. 2023.

WANDERLEY, Andrea C. T. Série “Feministas, graças a Deus” VII – Almerinda Farias Gama (1899 – 1999), uma das pioneiras do feminismo no Brasil. **Brasiliana Fotográfica**, Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=22708>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WARMLING, Cíntia Soares. **Os jornalistas de Nelson Rodrigues**: uma análise das peças O Beijo no Asfalto e Boca de Ouro. Trabalho de conclusão de graduação - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102358>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Jornais consultados

Correio Carioca. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 26 de janeiro de 1930, p. 3

GAMA, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 04 mai. 1930, p. 10.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 03 ago. 1930, p. 08.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 06 dez. 1931, p. 03.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 08 jun. 1930, p. 07.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 1 mar. 1931, p. 03.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 10 ago. 1930, p. 07.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 10 mai. 1931, p. 03.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 11 mai. 1930, p. 07.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 12 out. 1930, p. 07.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 13 jul. 1930, p. 09.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 14 set. 1930, p. 07.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 14 fev. 1931, p. 03.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 16 nov. 1930, p. 09.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 17 ago. 1930, p. 07.

_____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 19 out. 1930, p. 08.

- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 2 nov. 1930, p. 07.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 20 jul. 1930, p. 07.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 21 set. 1930, p. 07.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 22 mar. 1931, p. 05.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 24 ago. 1930, p. 08.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 25 mai. 1930, p. 07.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 25 out. 1931, p. 04.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 26 abr. 1931, p. 03.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 27 set. 1931, p. 04.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 3 mai. 1931, p. 03.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 31 ago. 1930, p. 07.
- _____, Almerinda. Perspectivas. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 7 set. 1930, p. 07.
- _____, Almerinda. Divórcio: um bem ou um mal? **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro: 30 nov. 1932, p.02

O presidente do Rio Grande do Norte, com os pruridos feministas, está preparando as armas para se ferir. - Um caso típico de intervenção federal, nos termos expressos e claros da Constituição da República. **A Batalha**. Rio de Janeiro: 16 jul. 1930, p. 01

Recusou pleitear a sua eleição a Sra. maria de Lourdes Lamartine Varela. **O Paiz**. Rio de Janeiro: 16 jul. 1930, p.02

Uma réplica feminina ao acadêmico Humberto de Campos. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro: 07 mar. 1930, p.2